

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

FLÁVIO AGUILAR SOARES

**DA VITRINE À ESTANTE: UMA ANÁLISE HISTÓRICA SOBRE A PRODUÇÃO E
O CONSUMO DE LIVROS NO BRASIL**

**Porto Alegre
2019**

FLÁVIO AGUILAR SOARES

**DA VITRINE À ESTANTE: UMA ANÁLISE HISTÓRICA SOBRE A PRODUÇÃO E
O CONSUMO DE LIVROS NO BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial para o
grau de Bacharel em Ciências Econômicas
pela Universidade Federal do Rio Grande do
Sul.

Orientador: Prof. Cássio Calvete

**Porto Alegre
2019**

FLÁVIO AGUILAR SOARES

**DA VITRINE À ESTANTE: UMA ANÁLISE HISTÓRICA SOBRE A PRODUÇÃO E
O CONSUMO DE LIVROS NO BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial
para o grau de Bacharel em Ciências
Econômicas pela Universidade
Federal do Rio Grande do Sul.

Aprovado em: 3 de julho de 2019

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Cássio Calvete - Orientador

Prof. Stefano Florissi

Prof^a. Glauca Campregher

RESUMO

O tema deste trabalho é o mercado editorial brasileiro, com foco na relação entre a demanda e a produção doméstica de livros. Por meio de uma análise sobre a influência de aspectos econômicos e sociais sobre a oferta e a demanda internas, pretende-se compreender o peso que diferentes fatores têm sobre a dinâmica do mercado brasileiro. Entre os aspectos tratados neste trabalho, estão tópicos como analfabetismo, escolaridade e valorização da leitura. Os fatores econômicos incluem custos de produção do setor, preço do livro, condições macroeconômicas e políticas de estímulo setorial. A pesquisa foi desenvolvida em perspectiva histórica, com o intuito de analisar a influência que diversos fatores tiveram sobre a formação da demanda por livros pela população brasileira e sobre a configuração da oferta doméstica. Os três primeiros capítulos contam essa história. O quarto e último capítulo traz um desenho da situação atual e abre espaço para algumas conclusões. De forma geral, conclui-se que o Brasil não tem tradição de valorização da leitura, cujo hábito fica restrito a uma minoria. Os preços praticados no país também excluem grande parte da população do consumo de livros. Por outro lado, o histórico recente demonstra que o Brasil não se enquadra no mesmo quadro de crise dos mercados editoriais de países desenvolvidos, afetados pela revolução digital. Estabilidade e crescimento econômico, em paralelo à continuidade de políticas de incentivo à educação e à cultura, podem expandir o consumo doméstico de livros, visto que este é um mercado ainda pouco amadurecido.

Palavras-chave: Mercado editorial brasileiro. Setor editorial. História do livro. Economia cultural. Livros. Editoras.

ABSTRACT

The theme of this work is the Brazilian publishing market, focusing on the relation between demand and domestic production of books. Through an analysis of the influence of economic and cultural aspects on domestic supply and demand, it is intended to help explaining the weight that different factors have on the dynamics of the Brazilian market. Among the themes treated in this work are topics such as illiteracy, schooling and the value of reading. Economic factors include manufacturing costs, book prices, macroeconomic conditions, and sectoral policies. This research was developed in a historical perspective, with the purpose of analyzing the influence that different factors had on the formation of the demand for books by the Brazilian population and on the configuration of the domestic supply. The first three chapters tell this story. The fourth and last chapter brings a picture of the current situation and makes room for some conclusions. In general, it is concluded that, in Brazil, there is not a strong tradition of valuing reading, whose habit is restricted to a minority. The prices practiced in the country also exclude a large part of the population from the consumption of books. On the other hand, recent history shows that Brazil does not fit into the same crisis scenario of the publishing markets of developed countries, mainly affected by the digital revolution. Stability and economic growth, along with the continuity of policies on education and culture promotion, can expand the domestic consumption of books, since this is a market that has not yet matured.

Palavras-chave: *Brazilian publishing market. Publishing industry. History of books. Cultural economics. Books. Publishing.*

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Capa do livro Lolita, de Vladimir Nabokov	45
Figura 2	Graciliano Ramos na livraria José Olympio (Rio de Janeiro, 1942)	46

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	População e analfabetismo no Brasil (1940-2010)	37
Tabela 2	Expansão do ensino no Brasil (1940-1980)	38
Tabela 3	Casas editoriais no Brasil (1936-1953)	39
Tabela 4	Relação de livros por habitante/ano na década de 1960	48
Tabela 5	Produção de papel para livros no Brasil (1945-1978)	50
Tabela 6	Relação de livros por habitante/ano na década de 1970	52
Tabela 7	Expansão do ensino no Brasil (1985-2015)	57
Tabela 8	Produção de livros por ano (1981-1994)	57
Tabela 9	Faturamento real e total de exemplares vendidos (1995-2006)	60
Tabela 10	Despesa média mensal familiar em livros, revistas e periódicos, por classe de rendimento (2002/2003)	62
Tabela 11	Participação na despesa com livros, revistas e periódicos, por classe de rendimento (2002/2003)	63
Tabela 12	Títulos listados entre os 20 livros mais vendidos no Brasil, por grupo editorial (2018)	67
Tabela 13	Volume de recursos do PNLD, por grupo editorial (2019)	68
Tabela 14	Faturamento real e total de exemplares vendidos (2006-2018)	68
Tabela 15	Variação real do faturamento por segmento (2006-2018)	69
Tabela 16	Consumo privado e conjuntura econômica (2006-2018)	70
Tabela 17	Faturamento do setor por canal e por segmento (2006-2018)	71
Tabela 18	Matrículas no sistema de ensino brasileiro (2009-2018)	72
Tabela 19	PIB per capita (PPC) e índice “Dan Brown” (IDB) por país	74
Tabela 20	Frequência de leitura por tipo de material (%)	75
Tabela 21	Principal motivação para ler um livro (%)	76
Tabela 22	Atividades praticadas no tempo livre (%)	77
Tabela 23	Compradores de livros por renda familiar (%)	78

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 FORMAÇÃO DO MERCADO EDITORIAL BRASILEIRO	12
2.1 O LIVRO IMPRESSO	12
2.2 O LIVRO NO BRASIL COLÔNIA	16
2.3 O SURGIMENTO DA ATIVIDADE EDITORIAL	20
3 O AMADURECIMENTO DA ATIVIDADE NO BRASIL	27
3.1 O EDITOR PROFISSIONAL	27
3.2 CRESCIMENTO ECONÔMICO E REFORMA DO ENSINO	33
3.3 CRISE ECONÔMICA E MOBILIZAÇÃO SETORIAL	37
4 DA EUFORIA À INCERTEZA	49
4.1 AUGES E INSTABILIDADE	49
4.2 DEMOCRACIA E DEPENDÊNCIA	59
5 O MERCADO BRASILEIRO HOJE	65
5.1 ESTRUTURA DE MERCADO E LINHAS EDITORIAIS	65
5.2 O PERFIL DO CONSUMIDOR DE LIVROS NO BRASIL	73
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	81
Referências	86

1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é, a partir de uma análise detalhada do mercado editorial brasileiro, compreender se o baixo faturamento per capita observado nesse setor da economia, em comparação com o de outros países, deve-se majoritariamente a fatores econômicos ou a razões de outra natureza.

Entre os fatores econômicos abordados, estão questões de ordem microeconômica, tais como os custos de produção do setor e o preço final do livro, e macroeconômica, de que são exemplos o nível do produto e do emprego, as políticas cambiais e a situação das contas do governo. Outros elementos analisados incluem o nível de alfabetização e a escolaridade média da população, bem como a construção social, ao longo do tempo, acerca do valor da leitura e do consumo de livros.

Todos os aspectos foram analisados por meio de uma perspectiva histórica. O cenário atual, conforme este estudo, não se resume a um produto das condições correntes. É também o resultado de hábitos e restrições existentes ou inexistentes ao longo do tempo. Outrossim, possíveis fatores aqui investigados não foram analisados de forma individualizada ao longo do trabalho, privilegiando-se uma leitura que levasse em conta a influência entre os diversos eventos e fenômenos na história, de forma dinâmica. Afinal, a tradição, os hábitos e as preferências pessoais motivam comportamentos econômicos, e vice-versa.

O trabalho foi dividido em quatro capítulos, além desta introdução e das considerações finais. Os três primeiros capítulos trazem uma análise histórica, de forma cronológica, de diferentes aspectos relacionados ao desenvolvimento do mercado editorial no Brasil, enquanto o último capítulo debate a situação atual e abre a possibilidade de uma comparação com outros países.

O primeiro capítulo aborda um longo período, que se estende de meados do século XV ao início do século XX. Divide-se em três partes, as quais contemplam: o surgimento do livro impresso, sua assimilação como produto e bem cultural na Europa; a proibição da imprensa no Brasil Colônia e seus efeitos; o primeiro século de atividade editorial regular no país, entre a chegada da família real, em 1808, e a fase final da República Velha.

O segundo capítulo, também dividido em três partes, abrange um período mais curto, iniciando durante a 1ª Guerra Mundial e terminando com a crise política e

econômica que levou à instauração da Ditadura Militar em 1964. A primeira parte é dedicada à profissionalização da atividade editorial no país, tendo Monteiro Lobato como protagonista, ainda durante a República Velha. A segunda parte aborda as reformas no ensino e as mudanças políticas, econômicas e sociais, no período varguista. A terceira parte, mais longa, discute as oscilações no mercado editorial, da 2ª Guerra Mundial à instauração da Ditadura Militar, devido ao cenário externo e às políticas econômicas executadas no período.

O terceiro capítulo, dividido em duas partes, cobre um período que vai do início da Ditadura Militar à virada para o século XXI. A primeira parte analisa a recuperação econômica e o estímulo à demanda por livros pelos governos militares, bem como os efeitos da crise externa e da aceleração da inflação, já nos anos 1980, sobre o mercado editorial. A segunda parte aborda a abertura política, o prosseguimento da crise já no período democrático e as mudanças decorrentes do Plano Real e das políticas de compra de livros didáticos.

Por fim, o quarto capítulo, também dividido em duas partes, comenta o cenário atual, incluindo os últimos anos de desempenho da atividade editorial. Na primeira parte, é analisada a estrutura do mercado brasileiro, principais empresas, linhas editoriais, tendências e desempenho do setor, bem como o impacto da crise econômica recente. A segunda parte é dedicada a um estudo da demanda por livros no Brasil e a uma comparação com mercados editoriais de outros países.

O tema deste trabalho diz respeito a um mercado que, mesmo em um momento de crise, representou um faturamento de 5,1 bilhão de reais, em 2018 (FIPE, 2019). Além de sua importância econômica, cabe destacar a condição *sui generis* que o livro tem enquanto produto cultural, com imensurável influência em diversos aspectos sociais, culturais e econômicos. Entender as motivações e as possíveis restrições que possam existir ao consumo de livros no Brasil é essencial para que se desenvolvam políticas públicas efetivas, bem como para que sejam produzidas novas práticas no mercado editorial brasileiro.

2 FORMAÇÃO DO MERCADO EDITORIAL BRASILEIRO

O período abordado neste capítulo cobre mais de 450 anos de história, entre os séculos XV e XX. A primeira parte trata do surgimento do livro impresso, com a invenção da prensa móvel por Gutenberg, em 1454, e sua relação com as transformações econômicas, culturais e religiosas que ocorreriam nos séculos seguintes. A segunda parte aborda as restrições existentes à popularização do livro e da leitura, no Brasil, no período colonial, incluindo a proibição da atividade de impressão. A terceira e última parte conta como foi o primeiro século de atividade editorial regular no país, iniciada com a chegada da família real, em 1808. De forma geral, este capítulo trata do nascimento da atividade editorial no Brasil, com enorme atraso em relação a outros países, em um contexto de analfabetismo crônico e desigualdade social.

2.1 O LIVRO IMPRESSO

A chegada dos portugueses ao território brasileiro, em 1500, ocorreu em meio a um período de transição na forma como os europeus se relacionavam com a palavra escrita. O fator determinante para que isso ocorresse foi a invenção da prensa móvel, pelo alemão Johannes Gutenberg, em 1454, que diminuiu os custos para se produzir cópias de textos nos mais diversos formatos, como o livro e o jornal (FEBVRE; MARTIN, 2000).

Tendo a origem de sua formação ocorrido contemporaneamente a uma fase de maior disseminação e popularização das obras impressas no continente europeu, poderíamos supor que a sociedade brasileira foi, desde sua concepção, influenciada por esse contexto cultural. No entanto, a população local sentiria de forma extremamente limitada, até o século XIX, os benefícios dessa revolução técnica, sendo a imprensa proibida em território brasileiro durante todo o período colonial (SODRÉ, 1977).

O começo pouco auspicioso da história do livro impresso no Brasil refletiu não apenas os interesses políticos imediatos da Coroa, em pleno regime absolutista, mas também traços culturais herdados do período feudal. No continente europeu, antes do surgimento da prensa móvel e durante toda a Idade Média, parte considerável do conhecimento até então acumulado esteve restrita ao acesso de poucos indivíduos. Transmitido por escrito, estava disponível apenas àqueles que

dominassem as línguas clássicas – em específico, o latim e o grego – e que tivessem acesso a obras manuscritas. O analfabetismo era generalizado mesmo nas camadas mais privilegiadas da sociedade feudal, como a nobreza e a burocracia estatal. Conforme Mattos (1958), ainda no século XV, já às portas da Idade Moderna, muitos membros da família real portuguesa eram analfabetos.

Durante a Idade Média, a Igreja Católica controlou a produção, a preservação e a circulação dos manuscritos. A elaboração manual destes produtos era trabalhosa e cara, tornando os livros itens de luxo. Com status de obras de arte, eram produzidos sob encomenda para membros da alta nobreza ou como forma de preservar conhecimento. O difícil acesso aos exemplares, seja pelos altos custos do processo de produção, seja pelo controle exercido pela Igreja em relação ao acesso a essas obras, devia-se também ao fato de que normalmente estas obras ficavam confinadas em mosteiros. Isso explica por que mesmo indivíduos relativamente alfabetizados, como os membros do Estado ou da incipiente burguesia, tinham o exercício de suas habilidades limitado a atividades funcionais.

A invenção da prensa móvel – e o conseqüente barateamento do custo de produção de material escrito – não explica por completo o grande aumento na demanda por livros, no continente europeu, a partir do século XV. A prensa móvel pode ser vista como facilitadora da revolução que viria, mais que sua causadora. Ao menos duas questões, que se constituíram ou fortaleceram-se após o aparecimento das primeiras gráficas, são normalmente vistas como essenciais para o grande processo de alfabetização e escolarização e, por conseguinte, da formação de um público leitor na Europa. Por um lado, ocorreu o embate entre a Reforma Protestante e a Contrarreforma (ou Reforma Católica), a partir da primeira metade do século; por outro, o processo de avanço do conhecimento técnico e de incremento do comércio, com raízes na Baixa Idade Média (BURNS, 2003), acelerou-se sobremaneira com o início das grandes navegações. As exigências da fé, sobre a qual digladiavam-se ferrenhamente protestantes e católicos, e as imposições do incipiente capitalismo comercial, aliado ao Estado-Nação moderno, tiveram profundo impacto na formação de sociedades letradas (CANDEIAS; SIMÕES, 1999).

Segundo Chartier (1998), antes mesmo que houvesse a revolução do livro, já havia ocorrido ao menos uma grande revolução na leitura. Desde a Antiguidade, de que se tem como principal referência os gregos, os textos eram lidos em voz alta, normalmente em grupos – muitas vezes, em público – ou em família. Chartier

identifica uma mudança nesses hábitos já no século IX, dentro dos mosteiros, com o surgimento da leitura silenciosa, possibilitada pela separação das palavras, obra de escribas irlandeses e anglo-saxões.

Desta forma, deixou de ser necessária a vocalização do texto para a sua compreensão. A partir do século XII, a leitura silenciosa já era comum nas universidades europeias. Entre os séculos XV e XVI, consolidaram-se regras para o uso de sinais de pontuação como os pontos de exclamação e interrogação, os dois pontos, a vírgula e o ponto e vírgula, o que facilitaria a leitura individual e em silêncio (ROCHA 1997).

As mudanças nos hábitos da leitura ocorreram de forma lenta durante toda a Idade Média e foram influenciadas pela acelerada ascensão da burguesia, durante a Idade Moderna. No entanto, foi Lutero, em 1517, com a publicação de suas 95 teses para reforma da Igreja Católica, quem gerou o primeiro grande movimento de popularização da leitura e de incremento na produção editorial tendo como base a prensa móvel. Entre suas propostas, estava a defesa de acesso direto do fiel à palavra sagrada, ou seja, à Bíblia, dispensando, assim, a necessidade, então corrente, de intermediação pelo clero. Entre 1517 e 1520, ano em que Lutero foi excomungado e exilado, sua tipografia já havia produzido mais de 300.000 exemplares de 30 publicações de sua autoria, que tiveram grande sucesso nos países do norte da Europa (SANTOS, 2012).

Além de guerras sangrentas nas quais, muitas vezes, a questão religiosa misturou-se e serviu às motivações políticas, e das profundas transformações sociais e culturais que a contestação ao catolicismo provocou, a reforma iniciada por Lutero seria responsável por disseminar o hábito da leitura de forma jamais antes vista. O processo de disseminação da fé protestante por meio da imprensa, com suporte de traduções da bíblia e outras obras de conteúdo religioso, reforçaria a visão da leitura como forma de contato com o sagrado, que já ocorria, há séculos, sob influência do catolicismo (DENIPOTI, 1996).

Segundo Febvre e Martin (2000), chegaram até nossos dias entre 30 mil e 35 mil cópias impressas na Europa, na segunda metade do século XV, ou seja, logo após a criação da prensa móvel e o surgimento das primeiras tipografias. Essas cópias contêm entre 10 mil e 15 mil textos diferentes – visto que, em muitos casos, há mais de uma cópia do mesmo livro ou jornal. Considerando que a tiragem média da época era de quinhentos exemplares, e tendo em conta que muitas obras

impressas não chegaram até nós, os autores concluíram que 20 milhões de exemplares foram impressos apenas nesse período, para uma população, na Europa, em torno de 100 milhões, cuja maior parte não era alfabetizada.

No entanto, se tal estimativa indica que, mesmo antes da Reforma Protestante, desenvolvia-se uma significativa produção de impressos, também demonstra que a maior contribuição de Lutero para a popularização da leitura não ocorreu pela – alta – produção e circulação por ele gerada de forma instantânea, mas pela mudança de paradigma que seus preceitos produziram na relação do indivíduo com o conhecimento, mesmo que, ao menos até o Iluminismo, esse conhecimento estivesse em grande parte imbuído de caráter religioso e doutrinal.

As transformações provocadas pela Reforma Protestante não se fizeram sentir de forma equilibrada no tempo e no espaço. A influência protestante atingiu principalmente os países do norte da Europa, tendo menor impacto, por exemplo, na Península Ibérica. O processo de expulsão das forças do Islã de terras europeias, concluído no século XV, havia gerado, nos reinos de Portugal e da Espanha, o que Burns (2003, p. 404) chama de “excedente de zelo religioso”. A força da fé católica junto às duas coroas expressou-se no fervor missionário, traduzido na defesa da catequização dos nativos das terras conquistadas além-mar.

A Igreja Católica, que já convivía com contestações internas mesmo antes da Reforma Protestante, buscou renovar seu poder e suas instituições no século XVI. Para tal, entre outras medidas, sintetizadas no Concílio de Trento, apoiou as iniciativas de catequização, voltou-se à criação de seminários e universidades, instituiu a *Vulgata* como tradução oficial da Bíblia e reforçou a Santa Inquisição, inclusive editando uma lista de livros proibidos, o *Index Librorum Prohibitorum*.

Todas essas medidas são de fundamental importância para a compreensão da história da leitura e do livro no continente americano, considerando a grande adesão das coroas portuguesa e espanhola aos novos preceitos. Ao criar instituições educacionais e oficializar o uso de uma tradução da Bíblia, a Igreja buscava fazer frente à ameaça protestante, que avançava sobre a população europeia por meio de alfabetizações em massa e de circulação de obras impressas. A circulação de informação, facilitada pela prensa móvel, tornara mais difícil o monopólio da fé e do saber. Por isso, não bastava proibir obras consideradas heréticas e censurar aqueles que se opusessem à Igreja. Era necessário educar mais pessoas de acordo com os preceitos católicos (BURNS, 2003).

2.2 O LIVRO NO BRASIL COLÔNIA

Dado o contexto da época, não surpreende que os primeiros livros a chegar no Brasil tenham sido trazidos justamente pela Companhia de Jesus, em 1549, após a criação do Governo Geral em Salvador. Empenhados em catequizar os nativos, os jesuítas chegavam às novas terras com uma concepção diferente a respeito do acesso ao conhecimento, em relação às ordens religiosas existentes na Idade Média. Se antes o acesso às obras guardadas pelos mosteiros estava restrito ao próprio clero e aos membros da nobreza, muitos deles educados por monges, agora as ordens religiosas acenavam com a educação de outras camadas da população, notadamente os filhos de colonos. Aos nativos, quase sempre, eram destinados ensinamentos de trabalhos manuais ou de atividades artísticas, além da educação religiosa (ROSA, 2009).

Por dois séculos, a educação e, por extensão, o acesso a livros estiveram restritos à pequena elite econômica e social composta pelos proprietários de terras. Os poucos livros que circulavam no território brasileiro eram, quase em sua totalidade, importados, devido à proibição imposta pela Coroa à atividade gráfica na colônia. Também não foram criadas universidades no Brasil durante o período colonial, sendo os filhos da terra tradicionalmente enviados para cursar o Ensino Superior em Portugal (FAUSTO, 2009).

Apesar de atividade gráfica ter sido proibida durante o período colonial, há registros de atividades clandestinas de impressão de textos nesse período. Citam-se, por exemplo, os casos de uma gráfica criada, em 1706, em Pernambuco; outra em 1747, no Rio de Janeiro, dirigida por Isidoro da Fonseca; e uma terceira, em 1807, do padre Viegas de Menezes em Vila Rica, Minas Gerais. Todas elas foram suprimidas por ordem da Coroa (LIMA SOBRINHO, 1997). Os primeiros trabalhos de impressão realizados em território nacional, no entanto, foram obra dos holandeses, entre 1630 e 1655, quando ocuparam Pernambuco (HALLEWELL, 2005).

Conforme Rosa (2009), a população de colonos no Brasil era pouco qualificada e não havia um sistema educacional minimamente organizado. Mesmo a atuação dos jesuítas estava mais voltada à catequização do que a instruir. Em sua obra *Livros e Bibliotecas no Brasil Colonial*, Moraes (2006) chega a chamar esse período de Idade Média Brasileira. A condição colonial, de caráter intrinsecamente fechado, submetia o Brasil ao atraso em relação à Europa, no que se refere ao

acesso à leitura, o que também pode ser explicado pela distância geográfica – que tornava a população brasileira menos suscetível à influência de outras nações europeias.

Cabe destacar, no entanto, que mesmo que gozasse do status de metrópole em relação ao Brasil, Portugal estava muito atrás de outras nações europeias na questão educacional. Conforme dados de Graff (1979), o nível de alfabetização no país, em 1850 – ou seja, já na segunda fase da Revolução Industrial e quase 30 anos após a independência do Brasil – era de cerca de 15%, comparável aos índices de países como Rússia, Romênia e Bulgária. Enquanto isso, países como Itália, Espanha e Polônia, consideradas periferia do núcleo duro econômico do continente, já tinham taxas entre 20% e 30% de alfabetização. Nações afetadas desde cedo pela Reforma Protestante, como a Holanda e os Países Nórdicos, exibiam taxas de alfabetização próximas a 100% da população.

O relativo atraso cultural de Portugal em relação a outros países da Europa, bem como as condições sociais e econômicas existentes no período colonial, até meados do século XVIII, explicam por que, segundo Nelson Werneck Sodré (1977), não havia condições para o surgimento da atividade editorial no Brasil, apesar de sua afirmação estar mais voltada à análise da inexistência de jornalismo impresso no período em questão. Segundo Sodré (1977, p. 20), os primeiros esforços para o aparecimento da imprensa foram isolados, pois “o escravismo dominante era infenso à cultura e à nova técnica de sua difusão”.

A baixa taxa de urbanização, a inexistência de uma classe média significativa e a falta de um sistema educacional organizado ajudam a explicar a ausência de produção gráfica, mesmo clandestina, no território brasileiro, até o século XVIII. Esse cenário começa a ser alterado com a descoberta de riquezas minerais na região das Minas Gerais, ainda no final do século XVII, cujos efeitos se tornam notórios na metade do século seguinte (SODRÉ, 1977).

O surgimento das cidades e a formação de classes médias nativas, sem laços de sangue com as diferentes camadas da nobreza local, de origem portuguesa, forneceram as condições para o florescimento de uma atividade cultural mais intensa, na região das minas. Não surpreende, portanto, que justamente nessa região tenha surgido o movimento árcade brasileiro. Para Antonio Candido (1975), esse é o momento em que as manifestações literárias adquirem, pela primeira vez

no Brasil, características de um sistema, ao mesmo tempo em que denotam sinais de elaboração de uma consciência nacional.

Não foi apenas o contexto econômico e social local que motivou esse avanço. Ocorrido na segunda metade do século XVIII, o arcadismo brasileiro foi contemporâneo da disseminação das ideias iluministas, da independência dos Estados Unidos e dos primeiros sinais de transformações trazidos pela Revolução Industrial na Inglaterra (CANDIDO, 1975).

Na Metrópole, o Iluminismo influenciou as reformas do Marquês de Pombal. Essas reformas, que incluem desde a reorganização da economia portuguesa à sua reorganização estatal por princípios de maior eficiência, estavam inseridas no receituário do despotismo esclarecido – a utilização de preceitos iluministas para o fortalecimento do poder do Estado e do monarca. No caso do Brasil, alguns dos efeitos sentidos foram a maior repressão econômica, com a tentativa de extrair mais recursos por meio de impostos, e ações marcantes, como a expulsão da Companhia de Jesus, o que levou à secularização das instituições de ensino, não apenas no Brasil, mas de todo o império português (FAUSTO, 2009).

Ao proclamar a valorização do conhecimento e da razão sobre a tradição e o divino, o Iluminismo deu contornos a uma revolução intelectual que havia séculos antes, com o incremento do comércio, a ascensão da classe burguesa e os progressos no campo da técnica. Favorecido pelos surtos de alfabetização originados na questão religiosa do século XVI, em muitos países europeus, o movimento iluminista forneceria um verniz moral à prática da leitura, agora relacionada à busca por elevação pessoal. A revolução industrial, ocorrida a partir do final do século XVIII, faria do progresso intelectual uma condição para o progresso econômico. Para as classes médias, a educação se tornou um meio para a ascensão social (BURNS, 1998).

Portugal não estava no centro dessas mudanças. Exemplo do aparente descaso com o saber, pela sociedade portuguesa, ocorreu durante a fuga da Família Real para o Brasil, em 1807, como conta Laurentino Gomes (2007, p. 78). Após a partida dos navios com a nobreza portuguesa, segundo o autor:

[...] espalhados pelo cais do porto de Lisboa ficaram centenas de bagagens esquecidas [...]. Entre elas estavam os caixotes com a prataria das igrejas e os livros da Biblioteca Real. Estes livros, entre os quais estava a primeira edição de *Os Lusíadas* de Camões, só começaram a chegar ao Brasil em 1810, ano da primeira viagem, e foram ainda transportados em mais duas consecutivas, em 1811.

Foi com a chegada da Família Real e de toda a sua comitiva, incluindo toda a corte portuguesa e profissionais de diversos ofícios, que se instalou a primeira gráfica oficial no Brasil. Em 1808, foi criada a Imprensa Régia, por ordem do príncipe-regente Dom João VI. Parte do esforço civilizatório de Dom João, essa instituição foi fundada em um contexto de efervescência da imprensa no mundo ocidental, como importante canal para a conformação de ideologias políticas em um mundo em intensa transformação. Por isso, apesar de nela serem impressos todos os tipos de materiais gráficos, como folhetos e sermões a obras científicas e infantis, também saíram de suas prensas os documentos oficiais e quaisquer obras que ajudassem a divulgar a imagem da monarquia. Ao mesmo tempo, uma junta diretiva da instituição era responsável por avaliar e impedir a impressão de qualquer conteúdo que contrariasse “o governo, a religião e os bons costumes” (SCHWARCZ, 2011, p. 213).

A produção editorial brasileira, devido ao controle imperial, desenvolveu-se de forma lenta, mesmo em um contexto sócio-político-cultural mais atraente, dinamizado pela chegada da Família Real, pela abertura dos portos e do comércio local à atividade estrangeira e pelas influências culturais que seguiam chegando da Europa. Eram autorizadas a ser impressas e a circular no Brasil apenas a Gazeta do Rio de Janeiro (1808), primeiro do país e jornal oficial da Coroa, e outras publicações autorizadas pela Imprensa Régia (SODRÉ, 1977).

Em Salvador, em 1811, Manuel Antônio da Silva Serva editou a primeira publicação produzida pela iniciativa privada a circular no país, denominada de Idade D'Ouro do Brazil, mas conhecida como Gazeta da Bahia. Nos anos seguintes, Serva viria a editar 176 títulos, com temáticas que iam da religião, ao direito e à medicina, cujo principal objetivo era atender à demanda da recém-criada Faculdade de Medicina da Bahia. Publicou também livros de história, política e literatura, principalmente traduções (ROSA, 2009).

Cabe salientar que, durante seu período de atividade, que vai até sua morte, em 1819, Serva teve monopólio da atividade de impressão em Salvador, ao mesmo tempo em que precisava submeter sua produção à censura de autoridades civis e eclesiásticas locais (HALLEWELL, 2005). A peculiaridade do caso de Serva sugere que a autorização concedida a ele pela Coroa estava relacionada à distância existente entre Salvador e o Rio de Janeiro, o que prejudicaria a utilização da Imprensa Régia para a produção de conteúdo não-oficial.

Mesmo com a censura, diversos outros periódicos circularam em território brasileiro antes da independência, incluindo o *Correio Braziliense*, de Hipólito José da Costa, criado em 1808, após a chegada da família real. Impresso em Londres, o jornal foi distribuído clandestinamente no Brasil e em Portugal, e tornou-se um dos principais meios de divulgação de opiniões pró-independência. Assim, a incipiente atividade de imprensa atraiu cada vez mais as atenções da Coroa (SODRÉ, 1977).

2.3 O SURGIMENTO DA ATIVIDADE EDITORIAL

Em 1821, antes de deixar o país, em meio à crise política gerada pela Revolução Constitucionalista do Porto (1820), Dom João fez baixar um decreto em que abolia a censura e regulamentou a atividade de imprensa no Brasil. O ato foi seguido por diversos dispositivos legais, antes e depois da independência, que buscavam equilibrar as liberdades concedidas com formas de controle à proliferação de gazetas e folhetos, muitas vezes anônimos, que tumultuavam a opinião pública na jovem nação (SODRÉ, 1977).

Segundo Rosa (2009), diferentemente do que ocorreu na Europa, o setor editorial brasileiro não surgiu a partir das universidades, e não se tornou tradição dessas instituições. A atividade editorial coube principalmente à iniciativa privada, crescendo a partir do Segundo Reinado, à medida que o país colhia os frutos da expansão econômica provocada pelo café. Apesar disso, o surgimento de instituições universitárias dispersas pelo país, no século XIX, se não contribuiu significativamente, pelo lado da oferta, para o desenvolvimento do setor editorial, estimulou-o criando uma demanda permanente e estável por livros, como será demonstrado em diferentes passagens desta monografia.

O pesquisador Aníbal Bragança (2002), ao analisar o início da atividade editorial no Brasil, divide os empresários privados que a exerceram nesse período em duas categorias, adaptando classificação desenvolvida por Roger Chartier em sua obra *“De la historia del libro a la historia de la lectura”*. Para Bragança (2002), os primeiros editores brasileiros eram originalmente empresários do ramo da tipografia (impressor-editor) ou do comércio de livros (livreiro-editor).

No caso do impressor-editor, o que lhe asseguraria o exercício de sua atividade seria a propriedade de sua oficina, bem como de prensas, tipos e demais ferramentas. Ele era responsável por selecionar as obras a serem impressas, de

acordo com a demanda do público, e a providenciar sua comercialização, fosse em seus próprios estabelecimentos, fosse por meio de vendedores ambulantes. Seu trabalho não se restringia à impressão de livros, incluindo todo tipo de material gráfico para os quais houvesse demanda de terceiros, o que garantia maior estabilidade à sua atividade. Além disso, em muitos casos, editavam jornais, revistas e periódicos em geral. O sucesso de sua atividade, na maioria dos casos, dependia da manutenção de boas relações com o poder. Segundo Bragança (2002), sua relação com os autores aproximava-se, muitas vezes, de um mecenato, com a remuneração pelas obras ocorrendo por meio da compra dos originais.

O livreiro-editor, por outro lado, originava-se do comércio. Por isso, conhecia de perto as demandas dos clientes e podia explorá-las ao assumir a tarefa de selecionar e mandar imprimir livros, fossem novos ou traduzidos. Sua vantagem, em relação ao impressor-editor, está em conhecer melhor o mercado e controlar os canais de comercialização, dispensando a posse dos meios de produção do bem físico. Esse tipo de editor ganhará terreno no Brasil à medida que se flexibiliza o controle sobre a imprensa e sobre a atividade gráfica. Esse cenário possibilita um aumento no número de tipografias no país, o que facilita a impressão terceirizada, e mesmo a possibilidade de montagem de tipografias próprias pelos livreiros interessados em controlar sua produção (BRAGANÇA, 2002).

Já havia livreiros atuando no país, principalmente no Rio de Janeiro, em meados do século XVIII, o que garantia certa circulação de impressos no território brasileiro, mesmo vindos sempre – quando não clandestinos – de Portugal, devido à vigência do exclusivo colonial. Como já exposto, esses comerciantes estavam impedidos de editar e imprimir, e assim seguiram até a época em que se deu o processo de independência do Brasil. Com a regulamentação da atividade editorial, não apenas ocorreu uma leva de criações de tipografias em todas as principais cidades do país, mas também surgiu espaço para a atuação dos livreiros na produção desse bem. Logo, pode-se dizer que ambos os atores, o impressor-editor e o livreiro-editor, surgem de forma concomitante como produtores de livros no Brasil independente.

Considerado um dos mais importantes editores do século XIX, Francisco de Paula Brito, nascido no Rio de Janeiro, em 1809, tornou-se também paradigma de impressor-editor no Brasil. De origem humilde, Brito foi aprendiz na Tipografia Imperial e Nacional, sucessora da Imprensa Régia. Depois, passou por outras

gráficas, em diferentes funções, antes de estabelecer sua própria tipografia, em 1831. Em 1850, com o apoio do Imperador Dom Pedro II, Brito fundou a “Empreza Typographica Dous de Dezembro”, que comportava tipografia, litografia e livraria. Nessa casa, o editor seria responsável por imprimir periódicos e obras de escritores brasileiros, muitas delas em primeira edição. Entre os autores publicados por ele estão Martins Pena, Casimiro de Abreu e Machado de Assis, que foi seu auxiliar na tipografia e teve seus primeiros livros publicados por Brito (HALLEWEL, 2005).

O mercado brasileiro de luxo foi alvo de muitos comerciantes europeus no século XIX. A taxa de analfabetismo no país rondava os 84%, na metade do século XIX. O setor livreiro buscava atender, nesse período, a uma elite formada pelos filhos de famílias abastadas e tradicionais. O desenvolvimento do mercado editorial brasileiro ocorreu em um contexto de profunda elitização do acesso ao livro, enquanto, há séculos, ocorria um processo de popularização da leitura no mundo ocidental. Entre a metade do século XIX e o início do século XX, a atividade progrediu consideravelmente, grande parte dela controlada por imigrantes franceses e portugueses (PAIXÃO, 1995).

Muitas vezes, as atividades de livreiros e impressores confundiam-se no momento em que eles se tornavam editores, como ocorreu com Eduard Laemmert, imigrante alemão que foi um dos precursores na atividade editorial brasileira. Laemmert já atuava como livreiro, no Rio de Janeiro, desde 1828, quando chegou à cidade para trabalhar na Casa Bossange. Em 1933, ele fundaria com seu irmão, Heinrich, a Livraria Universal. Anos depois, voltaria à Alemanha, decidido a obter o conhecimento e o equipamento necessários para montar uma gráfica no Brasil. Em 1938, os irmãos Laemmert fundam aquele que seria considerado o maior estabelecimento gráfico do Rio de Janeiro, à época, a “Typographia Universal” (HALLEWELL, 2005).

No centro do Rio de Janeiro, onde grande parte da elite nacional circulava em busca de produtos e modas vindos da Europa, destacou-se, após a independência, além da livraria dos Laemmert, que traduziam principalmente obras alemãs, a Livraria Garnier, fundada em 1844. Com origem francesa e de nome já consagrado em solo europeu, a Garnier brasileira foi obra de Baptiste-Louis Garnier, nascido na França, em 1823. Ele era irmão de Auguste e Hippolite Garnier, donos da *Librairie Garnier Frères*, fundada em 1833, em Paris. Diferentemente dos irmãos Laemmert, Garnier optou, inicialmente, por não imprimir livros no Brasil, fazendo-os vir de

Londres ou Paris. Isso não o impediu de tornar-se importante editor, publicando muitos dos autores brasileiros que começavam a surgir (HALLEWELL, 2005).

Antes de Garnier, chegaram ao país livreiros-editores como Bossange e Aillaud, Mongie e os irmãos Firmin Didot (BRAGANÇA, 2002). A influência francesa era marcante na vida cultural do país desde os acontecimentos da Revolução Francesa, cujos efeitos seriam sentidos, afinal, no mundo todo. Com a relativa abertura do país, após a chegada da Família Real, e acelerada por eventos específicos, como a visita da Missão Artística Francesa, em 1816, essa influência acabaria por moldar toda uma geração de intelectuais brasileiros (BOSI, 2012). Isso explica a demanda por traduções de obras de autores franceses, fornecidas por Garnier, mas também o sucesso que ele teve na publicação dos autores românticos brasileiros, certamente desejosos de terem obras canceladas pela sua marca.

A presença da Garnier, além de colaborar para a profissionalização da atividade editorial no Brasil, divulgou ou ajudou a divulgar os nomes de diversos autores brasileiros dentro e fora do país. Estima-se que 665 obras de autores brasileiros tenham sido impressas, em português, pela Garnier. Pela casa, Machado de Assis chegou a ter dois de seus romances traduzidos para o francês, além de outras obras vertidas para o Espanhol. Em 1873, devido ao alto volume de edições publicadas, a Garnier finalmente estabelecerá uma gráfica no Rio de Janeiro. Seu prestígio chega ao ápice com a inauguração de um prédio de quatro andares, em 1901, na Rua do Ouvidor (HALLEWELL, 2005).

A segunda metade do século XIX foi uma época de grandes mudanças no cenário urbano brasileiro. A riqueza do café gerou melhorias nas redes de transporte e de comunicações, além de desenvolver um mercado interno mais robusto. Mais instituições de ensino surgiram no país, fazendo crescer o público leitor. Ao mesmo tempo, as atividades bancária e mercantil mostravam vigor, gerando oportunidades para novos empreendimentos (FAUSTO, 2009).

Nesse contexto, chegou ao Rio de Janeiro o português Francisco Alves, em 1863, para trabalhar na Livraria Clássica, fundada por seu tio Nicolau Antônio Alves em 1854. Depois de muitos anos trabalhando na livraria, Francisco tornou-se sócio do tio, ao comprar a parte de um sócio. Em 1897, Francisco adquiriu a parte de seu tio e tornou-se o único dono do negócio. Com ele à frente, a Livraria Clássica manteve a tradição de publicar livros acadêmicos e passou a publicar, também, obras didáticas para a escola primária. Já possuidor de cidadania brasileira,

Francisco tornou-se aos poucos o mais importante empresário do ramo editorial brasileiro, fazendo da Livraria Francisco Alves a primeira grande editora nacional. Sua trajetória foi beneficiada pelo número crescente de escolas, o que assegurava maior previsibilidade na demanda por livros (HALLEWEL, 2005).

Conforme Silva (2010), citando dados do Catálogo do Museu Escolar Nacional de 1885, as editoras Laemmert, Garnier e Francisco Alves, juntas, editaram mais de 44% dos livros escolares produzidos no Brasil naquele ano.

O sucesso de Francisco Alves chegou à Europa, na virada do século XX, quando, em sociedade com Júlio Monteiro Aillaud, assumiu o controle da livraria e tipografia francesa Aillaud, em Paris (1902), e da Livraria Bertrand, em Lisboa (1908). Antes, já assumira sozinho outros empreendimentos em Portugal. Nessa época, Francisco chegou a ser conhecido como “Rei do Livro” e acumulou grande fortuna. Além do reconhecimento adquirido pela publicação de livros didáticos, técnicos e jurídicos, ele era respeitado pelo trabalho como editor literário, publicando obras de Euclides da Cunha e Olavo Bilac, entre outros nomes consagrados da literatura brasileira. Seja qual fosse a área editorial, o empresário estabeleceu relação exemplar com os autores com quem trabalhava, oferecendo remuneração acima da praticada no mercado e contratos que protegiam os seus interesses, de forma digna (HALLEWELL, 2005).

A atividade editorial não se restringiu ao Rio de Janeiro, durante o século XIX, mas teve importância bem menos significativa em outras regiões. Em São Paulo, centro urbano que adquiria crescente relevância no cenário nacional com a expansão da economia cafeeira, foi moderado o interesse pela produção de livros até a década de 1890. A fundação da Faculdade de Direito, em 1828, gerou uma vida cultural mais intensa na cidade, inclusive motivando a criação de três gráficas, voltadas a atender à demanda dos alunos dessa instituição. Em 1860, houve a abertura da Casa Garraux, filial da Livraria Garnier, dirigida por Anatole Louis Garraux. Livraria e editora, funcionaria até 1920, movimentando a cena cultural paulistana com o mesmo perfil de elite de sua matriz (HALLEWELL, 2005). Em 1876, foi aberta a Grande Livraria Paulista, que mais tarde teria seu nome alterado para Livraria Teixeira. Sua grande contribuição foi a publicação de autores brasileiros, como José de Alencar e Joaquim Manuel de Macedo (ROSA, 2009).

Mesmo assim, no fim do século XIX, a cidade ainda contava com apenas oito livrarias, o que representava apenas metade das que haviam no Rio de Janeiro já

em 1820, segundo Hallewell (2005). No entanto, foi justamente a partir do final do século XIX que São Paulo passou a se destacar pela atividade editorial, principalmente pela produção de livros didáticos, impulsionada pelos investimentos locais na rede de ensino (RAZZINI, 2010).

O cenário em outros Estados era ainda mais árduo, mas houve casos de sucesso. Em 1883, foi fundada a Livraria do Globo, em Porto Alegre. De propriedade de Laudelino Pinheiro Barcellos e Saturnino Alves Pinto, a Livraria do Globo começou com a venda de livros e de materiais de escritório, para depois passar a oferecer serviços gráficos e, já no século XX, editar periódicos. A publicação de livros, inicialmente esporádica, tornou-se mais regular a partir de 1916, com edições de autores gaúchos e traduções de escritores estrangeiros. Assim, tornou-se um dos primeiros grandes empreendimentos no setor editorial brasileiro fora do Rio de Janeiro e de São Paulo (TORRESINI, 2008).

Houve outros empreendimentos dignos de nota, no século XIX, em localidades diversas do país, como a livraria Ao Livro Verde, fundada em 1844, em Campos-RJ, e ainda em atividade; no Maranhão, a Livraria Universal, datada de 1846 e a Livraria Borges, de 1875; a Livraria Oliveira Costa, de Belo Horizonte, aberta em 1886; a Livraria Clássica, de Belém, criada em 1885; a Livraria Contemporânea, aberta no Recife em 1888. No Rio de Janeiro, além dos casos mais famosos listados, incluem-se na categoria de livrarias-editoras: a de Serafim José Alves, fundada em 1871, depois dirigida por Jacintho Ribeiro dos Santos; a Livraria dos Irmãos Cruz Coutinho; a Livraria Moderna, de Domingos Magalhães; a Livraria do Povo, de Pedro da Silva Quaresma, de 1879; a Livraria Castilho; a Livraria H. Antunes; e a Livraria João do Rio, de Savério Fittipaldi (BRAGANÇA, 2002).

Apesar do crescimento da atividade editorial ao longo do século XIX, principalmente no Rio de Janeiro, nas primeiras décadas do século XX, o mercado ainda era muito restrito à publicação de livros didáticos e de obras de Direito e de legislação. Autores brasileiros reconhecidos por público e crítica, como Machado de Assis e José de Alencar, tinham a maior parte de seus livros impressos fora do país, principalmente na França e em Portugal. A atividade editorial nacional havia sido castigada pelas mortes de Baptiste-Louis Garnier, em 1893, e de Francisco Alves, em 1917. A concorrência estrangeira era outro fator que restringia uma expansão dessa indústria localmente, vista a preferência que boa parte do público leitor conservava pelo consumo de autores europeus (HALLEWELL, 2005).

Até as primeiras décadas do século XX, portanto, o mercado editorial brasileiro estava restrito quanto ao tamanho e à diversidade de seu público consumidor, concentrado em poucos centros urbanos e pouco propício à profissionalização setorial. O cenário só começaria a ser alterado com as grandes mudanças ocorridas no país no período entre guerras.

3 O AMADURECIMENTO DA ATIVIDADE NO BRASIL

Este capítulo cobre um período de intensas transformações, do ocaso da República Velha ao início dos anos 1960, época de forte instabilidade política e crise econômica. A primeira parte analisa a profissionalização da atividade editorial no país, em um contexto de aceleração dos investimentos industriais devido às restrições de importação causadas pela 1ª Guerra Mundial, e, posteriormente, das mudanças políticas, econômicas e sociais que levaram ao fim da República Velha. É dado destaque a Monteiro Lobato, primeiro editor a vislumbrar um mercado de dimensão nacional e introdutor de diversas práticas editoriais no país. A segunda parte trata dos anos de Getúlio Vargas no poder, com destaque para a crescente importância das classes urbanas, a consolidação de uma identidade nacional, a efervescência cultural do período e as reformas no ensino. A terceira parte discute as oscilações no mercado editorial, entre a 2ª Guerra Mundial e o golpe de 1964, influenciadas pelas mudanças no cenário externo, pelas políticas cambial e fiscal, e por reorganização da oferta interna.

3.1 O EDITOR PROFISSIONAL

O crescimento do mercado editorial, no Brasil, baseado no aumento e na diversificação do público-leitor, fez surgir no país, finalmente, a figura do editor (simplesmente), agora independente das atividades de comércio e impressão. Essa figura já era comum na Europa desde a metade do século XIX, com a popularização do acesso ao livro e o crescimento desse mercado, em um contexto de promoção do ensino público e de formação de classes médias expressivas em muitos países europeus, frutos da Revolução Industrial (HOBSBAWM, 2010). Não surpreende, portanto, que o editor “profissional” só tenha surgido no Brasil já no século XX quando as condições econômicas e sociais necessárias passaram a existir.

Bragança (2002, p. 8) define esse editor “específico, autônomo, moderno” como alguém que não necessita de experiência anterior em gráficas ou livrarias. Seu conhecimento e seu interesse devem estar voltados à produção do bem cultural, não apenas em seu aspecto econômico, mas também artístico e intelectual. Sua atuação consiste em selecionar e promover obras com qualidade e de interesse do público, centralizando o contato com o autor, desenvolvendo relações com fornecedores e canais de venda, e atendendo às exigências do mercado.

Se Francisco de Paula Brito pode ser considerado o paradigma do impressor-editor no Brasil, e Francisco Alves adquiriu posição semelhante como livreiro-editor, coube a Monteiro Lobato, já no século XX, tornar-se o grande expoente de editor profissional no país. Segundo Bragança (2002), o surgimento dessa categoria de editor, já não nascido originalmente nas atividades industrial ou comercial, só foi possível devido à invenção da tipografia, o que abriu a possibilidade de que se publicasse obras escritas em larga escala, agora à “disposição anônima”, e não mais como objetos manufaturados sob encomenda de determinados indivíduos. A constituição desse novo modelo de oferta desenvolver-se-á nos séculos seguintes à criação da prensa móvel, de forma mais ou menos lenta, e de forma irregular, conforme a época e o país.

No Brasil, as condições mais propícias para o desenvolvimento de uma atividade editorial moderna surgiram já na fase final da República Velha, quando o país vivia uma época de efervescência cultural e já exibia uma classe média mais expressiva. Esse cenário devia muito à riqueza do café, que estimulava o desenvolvimento urbano do Rio de Janeiro e, mais notadamente, de São Paulo, desde o Segundo Império. Outro fator importante foi a eclosão da Primeira Guerra Mundial, que causara restrições à importação de diversos bens da Europa e provocara um estímulo à incipiente indústria nacional (FAUSTO, 2009).

Ressalvada a menção ao contexto mais favorável encontrado por Monteiro Lobato, quando o jornalista, escritor e advogado paulista iniciou sua atividade editorial, cabe salientar a relevância do espírito empreendedor que ele demonstrou em sua empreitada. Lobato iniciou seu empreendimento com a compra da Revista do Brasil, em 1918, usando como capital o dinheiro que recebeu em uma herança. Seu primeiro livro publicado foi O Urupês – de autoria própria – que se tornaria o primeiro de uma série de sucessos editoriais. Em 1919, ele adotou a razão social Monteiro Lobato & Cia (HALLEWELL, 2005).

Diferentemente de Francisco Alves, que havia formado seu império no ramo editorial tendo como trunfos o controle de canais de distribuição – livrarias próprias – e a sustentação oferecida pela crescente demanda de livros didáticos, ramo mais fechado à concorrência estrangeira, Monteiro Lobato enveredou por novos modelos de negócio e de produto. Em vez de limitar a comercialização de seus livros à rede de livrarias então existentes em bairros nobres de Rio de Janeiro e São Paulo, ele

desenvolveu uma imensa rede de consignatários, ramificando a distribuição para o interior do país (KOSHIYAMA, 2006).

Conforme o próprio Monteiro Lobato, em citação de Hallewell (2005), esse modelo de distribuição foi viabilizado pela oferta de 30% de comissão, sobre o valor de venda de seus livros, para quaisquer bancas de jornal, papelarias, farmácias ou armazéns que estivessem dispostos a comercializá-los, livrando-os de qualquer custo sobre a mercadoria que não fosse vendida – as edições encalhadas poderiam ser devolvidas pelo Correio, com custo de envio a cargo da editora. Dessa forma, segundo Bragança (2002), garantia-se que os livros chegariam a qualquer localidade do país onde houvesse alguém capaz de ler.

Monteiro Lobato também soube estimular a demanda por seus livros baseando-se em estratégias de divulgação ampla, favorecidas por ser ele uma figura já conhecida nacionalmente, como autor e polemizador, e com crescente inserção na mídia impressa. O editor não tinha vergonha de fazer propaganda dos livros que publicava – alguns dos quais, ele mesmo escrevia – usando anúncios em jornais, o que era considerado uma afronta por livreiros mais tradicionais. Em relação ao produto, destaca-se o fato de Monteiro Lobato não ter baseado sua atividade editorial na publicação de livros didáticos, mas sim em literatura nacional. Na época, os autores brasileiros pré-modernistas tinham grande dificuldade em publicar seus livros, visto que o limitado mercado editorial de então apenas comportava obras de autores cujas vendas eram praticamente garantidas por antecipação (HALLEWELL, 2005).

Além de priorizar a publicação de livros de literatura, Monteiro Lobato buscou apresentar edições visualmente mais arrojadas que as produzidas tradicionalmente, valorizando o que via como um produto de consumo - tornar-se-ia famosa sua afirmação de que “livro é sobremesa”. De acordo com seu projeto editorial, haveria grande ênfase em capas coloridas e chamativas, além de produção gráfica primorosa (SCHWARCZ, 2017).

A preocupação com a apresentação e com o aspecto físico dos livros que produzia fez com que Monteiro Lobato passasse a importar seu próprio papel – na época, todo o papel utilizado pela indústria editorial nacional vinha da França – e montasse sua própria oficina gráfica, possibilitando a produção de livros em formato diferente e a preço mais baixo (HALLEWELL, 2005).

Monteiro Lobato começou pela publicação de obras de amigos pessoais, mas logo iniciou uma atividade de prospecção de autores. Essa atividade provocou uma espécie de “desova” de obras que, há muito tempo escritas, nunca haviam encontrado meios de se fazer imprimir, como as do escritor Valdomiro Silveira. Também deu espaço a autores que se consagrariam futuramente, como Lima Barreto, Oswald de Andrade e Menotti del Picchia (PASSIANI, 2002).

A aversão de Monteiro Lobato à pompa que marcava a tradição literária brasileira herdada do século anterior, seja em relação a seus temas, seja no que diz respeito a um estilo anacronicamente erudito, parnasiano, fez de sua editora um canal para autores antes marginalizados. Lima Barreto, por exemplo, gozou de grande prestígio com o editor, que seria o primeiro a fazer uma oferta em dinheiro pela publicação de uma obra sua, antes mesmo de lê-la – ao menos, foi o que alegou o próprio Monteiro Lobato, ao negociar com o escritor carioca os direitos sobre *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá* (SCHWARCZ, 2017). Segundo Hallewell (2005), Monteiro Lobato pagava generosamente pelos direitos dos autores. Normalmente, o valor destinado ao autor ficava em torno de 10% do preço de venda do livro, mas arranjos com porcentagens maiores não eram raros.

Em 1920, a Monteiro Lobato & Cia produziu 56 mil livros, um número impressionante para uma editora tão nova e com ênfase em literatura. No ano seguinte, estima-se que a produção tenha atingido 200 mil exemplares, mais do que qualquer editora do período. Outras empresas que se beneficiaram pelas condições excepcionais impostas pela guerra, como a Paulo de Azevedo e Cia. (herdeira da editora Francisco Alves) e a Cia. Melhoramentos, ambas de São Paulo, provavelmente tiveram seu pico de produção em 1920, antes que o mercado fosse atingido em cheio pela depressão causada pelo ajuste econômico nas economias centrais, a partir daquele ano (HALLEWELL, 2005).

Logo após o encerramento dos conflitos na Europa, houve um *boom* econômico, no Brasil, motivado pela rápida retomada das exportações de café e pelas restrições ainda existentes na oferta de produtos importados, o que manteve o câmbio valorizado. No entanto, a alta da inflação, nos EUA e no Reino Unido, gerou a adoção de políticas econômicas restritivas, pelos governos desses países, o que acabou por derrubar o preço do café e desestabilizar a taxa de câmbio (FRITSCH, 2014).

Com a queda no valor das exportações brasileiras, houve uma desvalorização de 136% do mil-réis em relação ao dólar, entre 1918 e 1921. A indústria editorial nacional foi duramente afetada, visto que boa parte de sua produção ainda era impressa no exterior. Além disso, mesmo as empresas que imprimiam no Brasil, como a Monteiro Lobato & Cia., dependiam de suprimentos – principalmente de papel – importado do exterior. O novo cenário esfriaria o crescimento do mercado editorial como um todo, incluindo o setor de livros didáticos e infantis, que vinha há anos se beneficiando do estímulo representado pela política educacional no Estado de São Paulo, que garantia, desde o fim do século XIX, compras públicas vultosas e estímulo ao consumo de obras listadas como leitura obrigatória em escolas e em universidades (RAZZINI, 2004).

O impacto da mudança no cenário externo também foi sentido de forma direta na demanda privada por impressos. Segundo Hallewell (2005), o custo de vida dobrou entre 1918 e 1923, devido à desvalorização cambial. Foi inevitável, assim, a queda na venda de obras literárias, o que pressionou diretamente a política editorial da Monteiro Lobato & Cia.

Mesmo que também tivesse sido atingido pela depressão, o setor de livros didáticos ainda representava uma demanda mais expressiva e estável, o que justificou que, a partir de 1924, Monteiro Lobato priorizasse esse tipo de obra e estancasse a publicação de novas obras literárias (KOSHIYAMA, 2006).

Monteiro Lobato havia montado um parque gráfico moderno e versátil, cuja dívida precisava pagar em moeda estrangeira. Para fazer frente aos desafios trazidos pela crise, além de alterar sua política editorial, reorganizou a empresa como Cia. Gráfico-Editora Sociedade Anônima, com capital dividido entre 60 acionistas, e chegou a negociar sua fusão com a Leite Ribeiro, principal livraria e editora do Rio de Janeiro. Em seu novo modelo editorial, parecia capaz de superar as dificuldades da economia brasileira e seguir crescendo como no período imediatamente posterior ao pós-guerra (HALLEWELL, 2005).

Mesmo tendo, inicialmente, superado o cenário externo desfavorável e a queda na demanda interna, seu negócio seria abatido por fatores que comprometeram a operação do parque gráfico. Ainda em 1924, um levante tenentista, motivado pela crise econômica e por descontentamentos com a ordem política oligárquica da República Velha (MATTOS, 2012).

O levante tenentista paralisou São Paulo por um mês, e as atividades da empresa por três meses, o que elevou a sua dívida. Já em 1925, um grave período de seca afetou o fornecimento de energia pela empresa Light, derrubando a produção da cidade para 30% do normal. Podendo operar apenas dois dias por semana, a gráfica-editora de Monteiro Lobato ainda resistia, mas sofreu o golpe decisivo ainda naquele ano, quando o governo de Artur Bernardes, em tentativa desesperada de estancar a inflação vigente, suspendeu temporariamente o desconto de títulos e duplicatas em todo o território nacional. Complementarmente, Bernardes fez cessar eventuais compras de livros escolares da editora, o que pode ser ter sido uma retaliação motivada por críticas ao governo feitas por Monteiro Lobato (HALLEWELL, 2005).

Sem acesso a crédito de curto prazo e com parte de sua produção inviabilizada pelo cancelamento de compras governamentais, o editor encaminhou a liquidação da companhia. Ainda em 1925, no entanto, Monteiro Lobato já fundava, novamente com seu antigo sócio, Octalles Marcondes Ferreira, a Cia. Editora Nacional, que desenvolveria importante atividade editorial brasileira nas décadas seguintes (KOSHIYAMA, 2006).

O desenvolvimento da atividade editorial durante a República Velha, com maior destaque no período posterior à Primeira Guerra Mundial, ocorreu à revelia de uma relativa estagnação na taxa de alfabetização da população brasileira. Entre 1900 e 1920, o percentual de residentes no Brasil (incluindo estrangeiros naturalizados ou não) que sabiam ler e escrever, com mais de 15 anos de idade, variou de 34,66% para 35,06% (IBGE, 1956). Não se executou uma política nacional de educação durante esse período, pouco se alterando o panorama geral em relação ao que fora herdado do Império. Em 1920, as matrículas em escolas primárias atingiam apenas 29% da população em idade escolar. O curso primário durava apenas quatro anos, nas cidades, e três anos, em regiões rurais. O curso secundário, nos locais em que existia, durava mais três anos (SALIBA, 2012).

Nota-se, assim, que, nas primeiras décadas do século XX, o desenvolvimento do mercado editorial sofreu sérias restrições de demanda. Obras literárias de autores nacionais eram consumidas principalmente por meio dos folhetins, ou seja, serializadas em periódicos de acesso mais facilitado às classes baixas. A publicação em formato de livro, quando não financiada pelo próprio autor, ocorria com

remuneração irrisória ou inexistente dos direitos autorais, mesmo nos casos em que se dava com o selo de editoras renomadas – caso, por exemplo, da Garnier. O pioneirismo na publicação e no pagamento justo aos autores locais coubera a Francisco de Paula Brito, seguido por Francisco Alves e, já no século XX, por Monteiro Lobato. Hallewell (2005) chega a identificar certo patriotismo na atuação desses editores, que se teriam deixado sensibilizar pelo dever cívico de desenvolver a cultura nacional, o que se oporia à frieza empresarial de outros editores que atuaram no Brasil, estrangeiros ou não.

3.2 CRESCIMENTO ECONÔMICO E REFORMA DO ENSINO

A ascensão de Getúlio Vargas ao poder, em 1930, representou o fim da República Velha e trouxe novos estímulos para o desenvolvimento da atividade industrial no país. O novo governo tomou medidas de grande impacto na educação, tendo como objetivo o desenvolvimento econômico e social do país. Cresceu também a importância das camadas médias urbanas e da classe trabalhadora nos rumos políticos, econômicos e culturais do Brasil (FAUSTO, 2009).

Com a revolução de 1930, consolidou-se um processo de transformação da identidade nacional, em que o agrário dava lugar ao urbano e a tradição abria espaço à modernidade. A efervescência cultural provocada pelo movimento modernista, na década de 1920, refletiu essa transição e a preocupação dos intelectuais brasileiros em compreender melhor o país e seu povo. O modernismo deu visibilidade, em sua primeira geração, a intelectuais e artistas de São Paulo, que ascendia economicamente e tornava-se centro de importantes debates culturais. Em sua segunda geração, popularizou autores de forte apelo popular, com temática regional, principalmente do Nordeste e do Rio Grande do Sul (CANDIDO, 1983).

Apesar dos estímulos à demanda de livros provocados por investimentos em educação e pela efervescência cultural do período, bem como pelas oportunidades que um país em incipiente processo de industrialização e urbanização proporcionava, ainda havia diversas restrições ao desenvolvimento da atividade editorial. O custo de produção, por exemplo, era puxado para cima pelo protecionismo praticado em favor da indústria brasileira de papel, por meio de taxas sobre a importação destinada à fabricação de livros. Além de mais caro que o papel estrangeiro, desconsiderando-se a taxação, o papel nacional era de pior qualidade,

gerando custos a mais na produção de livros, como aqueles decorrentes de manutenções mais frequentes nas máquinas. Parte desse aumento no custo da principal matéria-prima foi compensado, no período entre-guerras, pelo baixo custo com mão-de-obra, em comparação com o observado em outros países. Segundo Hallewell (2005), mesmo que o papel representasse 20% do custo industrial de um livro, a versão brasileira de um livro custava cerca de metade do original publicado nos Estados Unidos, ressalvadas diferenças na qualidade de cada edição.

Entre os anos 1920 e 1930, diversas editoras se estabeleceram e consolidaram-se no cenário nacional, superando as restrições de recorrentes crises econômicas advindas do conturbado cenário externo. Uma delas foi a já citada Cia. Editora Nacional, que teve sua origem no empreendimento pioneiro de Monteiro Lobato e conseguiu, sob o comando de Octalles Marcondes Ferreira, adotar uma trajetória de crescimento equilibrado, baseando-se, como tantos outros grupos editoriais, no ramo de livros didáticos. No início dos anos 1930, ela se tornou a maior editora de livros de São Paulo. Em 1932, adquiriu outra editora conhecida: a Civilização Brasileira, do Rio de Janeiro. Em 1936, a Cia. Editora Nacional produziu 2 milhões de exemplares, somando os títulos lançados com sua própria marca e aqueles editados com o selo da Civilização Brasileira, em que se destacavam obras literárias de autores nacionais e estrangeiros (HALLEWELL, 2005).

O sucesso da Cia. Editora Nacional nesse período esteve em grande parte ligado ao nome do educador Fernando de Azevedo. Já ativo nas discussões em torno da reforma escolar no governo Vargas, Azevedo seria contratado para organizar a Biblioteca Pedagógica Brasileira (BPB), lançada pela editora em 1931. O educador era um dos líderes do movimento em prol de uma nova política nacional de educação, a ser consubstanciada em nova Carta Constitucional, e que deveria determinar regras de produção e funcionamento do sistema educacional brasileiro. Entre as propostas para esse novo sistema, estavam a constituição de universidades, que ficariam responsáveis por formar os intelectuais e professores necessários ao desenvolvimento da nação, e a criação de novos órgãos técnicos (TOLEDO, 2010).

Formada por diferentes séries de obras didáticas, infantis, científicas e de promoção da nacionalidade, a BPB atingiu grande sucesso editorial, seja pela influência que obteve em um momento de renovação cultural e educacional do país, seja pelo retorno econômico possibilitado por vendas de grande porte para os

governos do Distrito Federal, de São Paulo e da Guanabara, além da demanda privada. O estímulo da expansão do ensino secundário, durante o governo provisório e o Estado Novo, foi essencial para todo o mercado editorial no período. O número de alunos no ensino secundário praticamente dobrou, entre 1930 e 1940, saltando de 83 mil para 170 mil matrículas. No fim da segunda guerra mundial, já eram 250 mil (HALLEWELL, 2005).

Não havia educação universitária no Brasil até meados da década de 1930, ao menos no sentido estrito do termo. A primeira universidade brasileira, com essa denominação, foi a Universidade do Rio de Janeiro, criada, em 1920, a partir da agregação de faculdades já existentes e que eram independentes entre si. No entanto, a instituição só passou a ter unidade funcional real em 1945, dois anos antes de ser rebatizada como Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). A primeira universidade brasileira, propriamente dita (a operar com unidade funcional real), foi a Universidade de São Paulo (USP), criada em 1934. A relação dessas entidades com o governo federal era repleta de sobressaltos, devido ao embate ideológico entre os reformadores, como Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira, que tinham uma visão secular do modelo de ensino a ser implantado no Brasil, e os setores conservadores que ganharam poder ao longo do Estado Novo, os quais defendiam um modelo conservador, católico e fechado a possíveis tendências “subversivas”. Apesar de sofrerem com constantes restrições ao seu funcionamento, durante toda a década de 1940 e início da década de 1950, as universidades brasileiras acabariam por angariar prestígio como centros do debate intelectual no país. A demanda por livros cresceu fortemente nesse período, provocando o surgimento de editoras universitárias (HALLEWELL, 2005).

No período em que Vargas esteve no poder, novas editoras ganharam destaque, investindo nos diferentes nichos que se abriam com as transformações por que o país passava. A José Olympio, por exemplo, teve sua expansão relacionada à grande popularidade dos autores da Geração de 1930, a segunda geração do movimento modernista brasileiro. Tendo iniciado sua atividade empresarial como livreiro, em 1931, no Rio de Janeiro, José Olympio pode ser considerado um representante típico da cena cultural da então capital federal, bem como uma versão mais moderna da figura do livreiro-editor. Ele passou a atuar como editor em 1934, tendo êxitos em sequência com obras de autores como Humberto

de Campos, José Lins do Rego, Graciliano Ramos e Raquel de Queiróz (PEREIRA, 2008).

A editora José Olympio vendeu mais de 2 milhões de exemplares em sua primeira década de atividade, que coincidiu com o primeiro período de Getúlio Vargas no poder. Sua relevância no sistema literário nacional, à época, foi tão grande que Antonio Candido (1983, p. 33-34) chegou a chamá-lo de “herói cultural”, pelo “arranjo e a amplitude com que estimulou e editou os novos”.

O sucesso da literatura produzida pela Geração de 1930 foi fruto de um contexto de amplo debate cultural e social acerca da brasilidade, favorecido pela Revolução de 1930 e pelas rápidas transformações institucionais que a ela se seguiram. O regionalismo encontrado nas obras de autores como Jorge Amado e Erico Verissimo encontrou grande apelo de mercado em um público letrado que ansiava por compreender melhor seu país, em suas diferentes facetas históricas, sociais e culturais (CANDIDO, 1983). José Olympio foi quem melhor compreendeu essa demanda, consolidando uma editora que teve grande sucesso no campo da ficção, até meados do século XX. Com o declínio desse mercado, a José Olympio passaria a diversificar sua atividade editorial com a tradicional publicação de livros didáticos, entre os anos 1960 e 1970 (HALLEWELL, 2005).

Ainda na década de 1930, outro nicho editorial ganharia relevância no Brasil: a tradução de literatura estrangeira. Em decorrência da crise de 1929, segundo Hallewell (2005), houve uma forte desvalorização da moeda brasileira. O escudo português subiu 150%, em relação ao mil-réis, entre maio de 1930 e outubro de 1931. O franco subiu de forma ainda mais acentuada, fazendo com que os livros franceses tivessem seu preço médio encarecido em 600% em 1935 – enquanto o dos livros portugueses havia dobrado nesse período. Entre 1928 e 1932, a importação de livros sofreu uma queda de 75%. No caso dos livros franceses, a queda chegou a 94% entre 1928 e 1936. Com a alta dos preços de livros importados, que abasteciam uma elite em grande parte bilíngue – tendo francês como segundo idioma – mas que também consumia obras traduzidas de diversas línguas para o português, editadas por casas portuguesas, editoras brasileiras passariam a investir na tradução de livros estrangeiros para o mercado nacional.

A partir da década de 1930, a Livraria do Globo investiu na tradução de obras clássicas, de autores consagrados, como Honoré de Balzac, Marcel Proust e James Joyce, mas também de escritores que faziam sucesso mundial à época, como

Aldous Huxley. Em grande parte, o sucesso da editora nessa empreitada foi devido ao trabalho do escritor Erico Verissimo, principal responsável por seu planejamento editorial no período (TORRESINI, 2008).

O crescimento da Editora Globo também seria impulsionado pela Revolução de 1930, que concedeu protagonismo político e econômico à província do Rio Grande do Sul, terra de Getúlio Vargas. Nas décadas seguintes, a editora competiria com empresas do Sudeste pelo mercado nacional, algo inimaginável em décadas anteriores e um exemplo das dimensões nacionais que o negócio do livro passava a conquistar no Brasil (HALLEWELL, 2005).

3.3 CRISE ECONÔMICA E MOBILIZAÇÃO SETORIAL

A porcentagem da população brasileira alfabetizada cresceu de forma notável durante grande parte do século XX. Apesar disso, outros elementos, como o crescimento populacional e o aumento da taxa de urbanização e do acesso à educação, também foram fatores determinantes para impulsionar o notável desenvolvimento do mercado editorial até os anos 1980.

Tabela 1 – População e analfabetismo no Brasil

Ano	População residente	Taxa de analfabetismo (entre a população residente com mais de 15 anos de idade)
1940	41.236.315	56,1%
1950	51.944.397	50,6%
1960	70.992.343	39,7%
1970	94.508.583	33,7%
1980	121.150.573	25,9%
1991	146.917.459	19,7%
2000	169.590.963	13,6%
2010	190.755.799	9,6%

Fonte: Elaboração do autor com dados de BRASIL (2004); IBGE (2011a); IBGE (2011b).

O período entre o início da Era Vargas e a redemocratização nos anos 1980, que compreende quase meio século de história nacional, foi marcado por grandes transformações sociais e econômicas, com crescente importância dos setores de indústria e serviços, de caráter predominantemente urbano, na renda nacional. Tal como ocorrido durante os processos de industrialização dos países europeus no século anterior, também no Brasil a promoção da educação adquiriu crescente relevância para o projeto nacional em desenvolvimento (FAUSTO, 2009).

Em relação ao ensino fundamental e médio, houve certa continuidade nas políticas educacionais, desde o período Vargas (1930-1945) até os primeiros anos da Ditadura (1964-1970). Nesse período, o número de matrículas no ensino fundamental e médio cresceu de forma acelerada. Por outro lado, houve certo descaso, durante o período Vargas, com o ensino superior, o que mudou com a Nova República, quando aumentou o número de universidades no país e houve um salto no número de matrículas. Essa tendência de valorização do ensino superior público perdurou até o final da década de 1960, já sob o Regime Militar. No início da década de 1970, em meio ao Milagre Econômico, os militares instituíram diversas mudanças no sistema de ensino brasileiro, com o intuito de privilegiar o ensino técnico. Com a Lei n. 5.692/71, o ensino primário foi unificado com o ginásial, sob a alcunha de primeiro grau. O segundo grau tornou-se obrigatoriamente profissionalizante, apesar de esse projeto ter esbarrado na falta de recursos públicos. Em parte, a valorização do ensino técnico pode ter refletido, também, o desejo, por parte do governo federal, de limitar a enorme demanda por vagas no ensino superior, mesmo que boa parte dessa demanda já viesse sendo atendida por instituições privadas, cuja criação foi estimulada pelos militares (CUNHA, 2014).

Tabela 2 – Expansão do ensino no Brasil (1940-1980)

Ano	Matrículas na educação básica	Matrículas no ensino superior
1940	3.498.038	20.017
1945	3.780.279	26.757
1950	5.616.243	44.100
1955	6.956.403	66.072
1960	8.634.429	95.691
1965	12.077.615	158.136
1970	16.898.146	430.473
1975	22.557.700	1.089.808
1980	26.938.961	1.233.491

Fonte: Elaboração do autor com dados de IBGE (1946; 1951; 1956; 1961; 1966; 1971; 1976; 1981 *apud* HALLEWELL, 2005).

O desenvolvimento da atividade editorial no Brasil, entre os anos 1930 e 1980, acompanhou o quadro geral da economia nacional e refletiu os desdobramentos sociais e culturais desse período. Entre os anos 1930 e 1956, houve limitado investimento estrangeiro direto no país, excetuando-se iniciativas e setores econômicos específicos. A expansão industrial ocorreu principalmente a partir de investimentos estatais, notadamente na indústria de base, e do capital

privado interno, ainda limitado a inversões em produtos alimentícios, bebidas e têxteis, com poucas exceções (CAPUTO; MELO, 2009).

Entre essas exceções, podemos citar a produção de impressos. Como mencionado no capítulo anterior, a crise econômica dos anos 1930, ao limitar a capacidade de importação brasileira, acabou por impulsionar a indústria local, destinada a suprir a demanda interna. Além disso, como já ocorrera durante o conflito anterior, a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) serviu como estímulo extra à produção nacional. O bloqueio naval inglês aos territórios controlados pelos alemães, a partir de 1939, interrompeu quase que completamente o já custoso suprimento de livros franceses. As dificuldades para importar livros da Europa, algo que afetava principalmente o mercado de obras literárias, a maioria delas lidas em francês, geraram um aumento nas importações dos Estados Unidos e de países hispano-americanos. No entanto, essa substituição era limitada pelo pouco conhecimento da língua inglesa, no Brasil, e pelas dificuldades logísticas e operacionais dos países hispano-americanos durante a guerra. Essas condições levaram a uma proliferação de casas editoriais no Brasil (HALLEWELL, 2005).

Tabela 3 - Casas editoriais no Brasil (1936-1953)

Estado	1936	1948	1953
São Paulo	25	45	49
Rio de Janeiro e DF	31	119	27
Rio Grande do Sul	19	23	14
Minas Gerais	15	5	4
Bahia	14	30	8
Pernambuco	13	15	4
Outros estados	29	43	12
Total	146	280	118

Fonte: Elaboração do autor com dados de IBGE (1937; 1949; 1954 *apud* HALLEWELL, 2005).

Tal expansão, no entanto, sofreria um refluxo após o término do conflito. Em 1953, apenas São Paulo mostrava ter suportado a expansão do número de editoras ocorrida a partir dos anos 1930. Nos demais Estados, a maioria das novas firmas fechou as portas, e a atividade editorial passou por um momento de reconcentração de seu mercado. A publicação de livros didáticos sofria menos concorrência das importações, devido à barreira da língua, mas obras literárias seguiam sendo importadas em peso da França e, em menor peso, da Espanha. Entre 1950 e 1955, a produção de livros no Brasil permaneceu em torno de 20 milhões de exemplares ao ano, relativamente estagnada. Já a importação de livros, medida em quilos,

passou de 728 toneladas, em 1945, a 2.114 toneladas em 1956, seu auge no período populista (HALLEWELL, 2005).

A principal razão da baixa competitividade da produção nacional frente aos livros importados, nesse período, foi a alta taxa de câmbio praticada pelo governo brasileiro. Com o fim da guerra, o governo de Gaspar Dutra (1946-1951) havia direcionado sua política econômica para a necessidade de controle da inflação, que estaria sendo provocada pelos constantes déficits públicos – segundo o diagnóstico oficial. O câmbio foi mantido fixo a uma taxa já sobrevalorizada devido à maior inflação observada no Brasil durante a guerra, em comparação com a dos Estados Unidos. Ao manter a taxa de câmbio alta, ao mesmo tempo em que relaxava os controles cambiais preexistentes, o governo procurava atrair capital estrangeiro para substituir o investimento público. Ao mesmo tempo, tentava forçar a baixa dos preços industriais internos, a partir do aumento da oferta de produtos estrangeiros. O resultado foi desastroso para a economia brasileira. Os investimentos não chegaram ao Brasil, devido à prioridade norte-americana pela reconstrução da Europa; a pressão sobre as contas externas mostrou-se mais grave do que o esperado, devido à baixa conversibilidade das moedas dos países com que o Brasil tinha superávits comerciais; e a indústria viu-se pouco preparada para competir tanto internamente quanto no mercado exterior, mesmo que fosse beneficiada, a princípio, pelo baixo custo de aquisição de matérias-primas e de bens de capital, devido ao câmbio valorizado (VIANNA; VILLELA, 2005).

Devido à grande importância relativa do café na pauta de exportações do país à época, assim como por forte inelasticidade do preço desse produto no mercado mundial, fruto do domínio brasileiro como ofertante, o governo enfrentava grandes dificuldades para desvalorizar a moeda nacional, uma saída que pareceria a mais óbvia à primeira vista. Em 1947, buscando contornar essa situação, optou por manter o câmbio alto e instituir forte controle cambial e de importações. Esse novo sistema, que concedia prioridade à importação de produtos considerados essenciais, teve efeito duplamente danoso sobre a atividade editorial nacional. Ao mesmo tempo em que a concessão de licenças de importação e a cobertura cambial correspondente foram garantidas para os livros importados, principalmente os técnicos, o mesmo não ocorreu com insumos básicos para a produção nacional, especificamente o papel, cujo valor do imposto de importação era mais alto que o do imposto sobre livros. Por isso, durante a maior parte da década de 1950, foi mais

barato importar livros do que importar o papel necessário para imprimi-los no Brasil (HALLEWELL, 2005).

As difíceis condições econômicas para a produção editorial brasileira fizeram com que voltasse a se destacar, durante esse período, o protagonismo de casas editoriais que se haviam consolidado antes da guerra, principalmente a Melhoramentos, voltada à literatura infantil, e a Nacional, focada no mercado de livros didáticos. Editoras como a Globo e a José Olympio também se mantiveram sólidas, publicando literatura estrangeira e nacional, agora com menor concorrência. Mais do que antes, no entanto, essas editoras passaram a competir fortemente com outras formas de entretenimento, como o rádio e o cinema, o que as forçou a inovar seu modelo de negócio para poder sobreviver. Nesse período, chegou-se a falar em uma “crise do livro” (LABANCA, 2010).

Em meio a essa crise, em que se denunciavam as difíceis condições para a produção editorial no país e um crescente desinteresse do público por livros, destacou-se a figura de Ênio Silveira. O editor, que havia iniciado sua carreira como apadrinhado de Monteiro Lobato, foi uma voz politicamente forte em defesa do mercado livreiro, além de tornar-se importante homem de negócios à frente da editora Civilização Brasileira. Em 1953, ele denunciou, na revista Boletim Bibliográfico Brasileiro (BBB), o que chamava de “os inimigos do livro” – entraves que restringiam a atividade editorial no Brasil. Antecipando, em muitas décadas, questões que ainda hoje rondam os debates sobre o mercado do livro no Brasil, Silveira (1953) dividiu em três tipos esses seus “inimigos”: culturais (analfabetismo, desinteresse etc.), materiais (baixa renda da população, transporte etc.) e técnicos (atraso nos métodos de produção, dificuldade para importar papel etc.).

Entre 1950 e 1960, quando o país viveu forte período de industrialização e sua população caminhou para finalmente tornar-se majoritariamente alfabetizada, a indústria nacional do livro foi relativamente ignorada pelo governo federal, enquanto foco de iniciativas públicas. A política cambial prejudicava parte significativa da indústria brasileira, com setores tendo dificuldades para importar insumos e/ou sofrendo forte concorrência estrangeira, devido à taxa de câmbio sobrevalorizada. A concessão de cobertura cambial obedecia diretrizes do poder executivo, preocupado em equilibrar o balanço de pagamento, ao mesmo tempo em que favorecia atividades consideradas prioritárias, mas obedecendo também à pressão de grupos empresariais sobre o poder legislativo (LEOPOLDI, 2000).

Em 18 de junho de 1951, o Congresso Nacional aprovou a Lei nº 1.386, destinada a regular “a importação de papel e outros materiais de consumo da imprensa”. Essa lei dispensava licença prévia para a importação de insumos para a produção de jornais e revistas, mas não incluía a produção de livros. Na época, a escritora Raquel de Queiroz contou, em artigo publicado no jornal Diário de Notícias, que um amigo deputado havia lhe explicado a exclusão das editoras de livros como um mal-entendido, o qual se estava buscando sanar. No entanto, o remédio nunca veio, e a indústria do livro seguiu desprestigiada frente a editoras de jornais e revistas, o que pode indicar o maior interesse dos congressistas, à época, em manter boas relações com os veículos de imprensa, conforme críticas feitas, naquele período, por Ênio Silveira (LABANCA, 2010).

Em 1953, o governo brasileiro instituiu taxas múltiplas de câmbio, por meio da Lei nº 1.807, conhecida como Lei do Mercado Livre, e, posteriormente, com a Instrução 70 da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), substituiu as taxas mistas por um sistema de bonificações sobre a taxa oficial. A taxa oficial, desvalorizada com o intuito de atrair capital estrangeiro para o país, dispensava sobretaxas apenas para as importações consideradas especiais. Essas importações incluíam itens como o trigo e o papel para a imprensa, mas novamente não contemplavam a produção de livros (VIANNA; VILLELA, 2005).

Além das restrições macroeconômicas, a indústria brasileira do livro passou a sofrer, cada vez mais, com a competição de outras formas de entretenimento e acesso à informação. No meio impresso, as revistas ganhavam cada vez mais popularidade, alcançando distribuição nacional. A partir dos anos 1940, com a era de ouro do rádio, o consumo de informação tornou-se uma atividade cada vez mais coletiva. Essa tendência se acentuaria com a chegada da televisão ao país – em 1950, foi inaugurada a TV Tupi, em São Paulo. A concorrência com esses diferentes formatos de comunicação, em um país com grande massa de população não alfabetizada, limitaria ainda mais o estabelecimento de uma cultura letrada no Brasil, fazendo com que o consumo de livros ficasse cada vez mais restrito a uma elite (LABANCA, 2010).

A produção editorial brasileira da época era voltada majoritariamente a mercados mais “protegidos”, como os de livros didáticos e infantis, com raras exceções. Como forma de sobrevivência, os empresários do ramo começaram a discutir, finalmente, não apenas as restrições estruturais no lado da oferta, mas

também as limitações no lado da demanda. A falta do hábito de leitura entre os brasileiros – mesmo entre os alfabetizados – passou a ser visto como problema crônico a ser sanado. Entre os motivos listados para esse cenário desolador estavam, além da concorrência do rádio, da televisão e dos esportes de massa, a falta de bibliotecas públicas no país, a forma cada vez mais apressada com que as pessoas viviam e até mesmo a libertação feminina – que tornava as mulheres menos dependentes da leitura para se relacionar com o mundo (LABANCA, 2011).

Como resposta às restrições do início da década de 1950, diversas medidas foram tomadas pelos empresários do ramo editorial com o intuito de desenvolver a atividade no Brasil. Além disso, se faltaram estímulos públicos locais para o fomento dessa indústria, o setor pôde contar com certa ajuda estrangeira. Em 1950, o governo norte-americano, por meio da *United States Information Agency (USIA)* passou a subsidiar a publicação de obras de autores daquele país no Brasil, em um esforço de difusão cultural, mas também de propaganda política – visto que boa parte das obras tratavam de temas como o comunismo e o subdesenvolvimento. Até os anos 1980, diversas editoras, como a Agir, a Zahar e a Cultrix, participaram desse programa (HALLEWELL, 2005).

Apesar da inegável contribuição de estímulos circunstanciais, como o fornecido pela USIA, o que foi mais decisivo para a sobrevivência das editoras no período, a que se seguiu, nas décadas seguintes, nova fase de crescimento, foram as inovações que elas próprias introduziram em suas operações. Essas inovações incluem uma mudança expressiva na forma de gestão empresarial – em que a atividade editorial tradicional foi, aos poucos, substituída por práticas modernas, baseadas no mercado moderno de bens culturais. Esse ímpeto modernizador foi catalisado por Ênio Silveira, voz mais ativa à frente do Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL) e da Câmara Brasileira do Livro (CBL), nesse período. Silveira foi responsável também por dar maior coesão à classe editorial, o que ajudou o setor a ter voz mais ativa junto às autoridades (LABANCA, 2010).

Ênio Silveira destacou-se por defender uma abordagem “não elitista”, que tinha o livro como um objeto cultural, não destinado apenas a uma elite erudita. Até os anos 1950, as editoras brasileiras ainda vendiam grande parte de sua produção como livros “fechados” – ou seja, com as bordas das páginas “coladas” umas às outras, excluindo o corte do processo de acabamento. Essa era uma tradição francesa, já abandonada em outras partes do mundo. Os leitores brasileiros eram

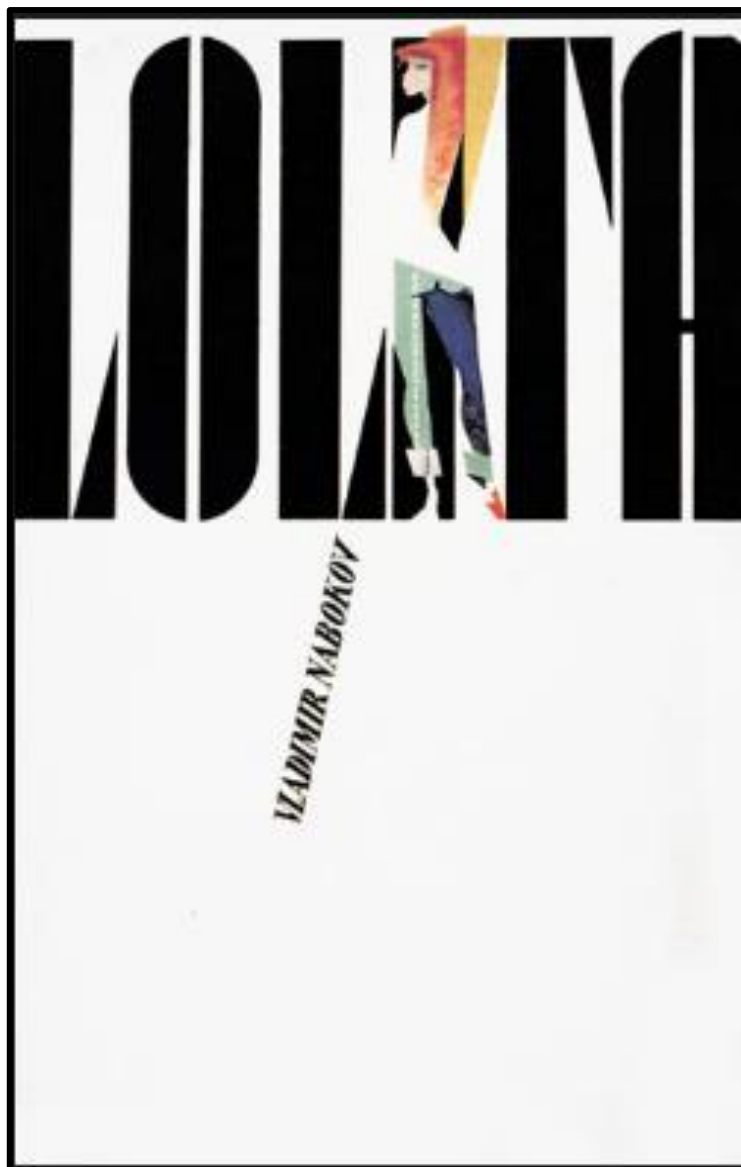
filiados culturalmente à França, e havia mesmo quem colecionasse espátulas elegantes, usadas para abrir uma a uma as páginas de um livro, em sua primeira leitura. Uma das inovações de Ênio Silveira foi a venda, no mercado brasileiro, de brochuras já aparadas, com o objetivo de facilitar o manuseio de seus livros. Silveira também fez farto uso da propaganda, em *outdoors* e na imprensa, além de dar maior atenção aos aspectos gráficos de cada projeto. A identidade visual dos livros da editora Civilização Brasileira foi guiada, em sua fase áurea (entre 1959 e 1970), pelo próprio editor, ciente do impacto que esse aspecto poderia causar do ponto de vista comercial. (LIMA; MARIZ, 2010).

A editora Civilização Brasileira tornou-se referência não apenas pelas inovações em aspectos comerciais e de apresentação do produto, mas também pelo seu legado cultural. Silveira, militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e bem-relacionado no meio intelectual brasileiro, imprimiu valores progressistas na marca da editora, cujo catálogo incluía obras de conteúdo arrojado, politicamente e socialmente, com apreço pela diversidade e pela experimentação. Apesar de ter logrado preservar boas relações com as autoridades no início da Ditadura Militar, Silveira distanciou-se do poder após o Ato Institucional nº5. Com o endurecimento do regime, a Civilização Brasileira passou a sofrer com maior intensidade os efeitos da censura e da repressão política (HALLEWELL, 2005).

O legado do empresário fez-se sentir, no entanto, na nova expansão do mercado editorial, ocorrida com o Milagre Econômico, na virada da década de 1960 para a de 1970. Entre as contribuições de Silveira ao desenvolvimento do negócio do livro, nesse período, estão a defesa da realização de pesquisas de mercado, como guia para as decisões editoriais – em oposição à figura clássica do editor como gênio intuitivo –, da promoção de grandes campanhas de publicidade, comandadas por agências de propaganda profissionais, e do refinamento nos aspectos visuais das obras publicadas (LABANCA, 2010).

A questão estética passou a receber maior atenção e nova abordagem como estratégia de vendas. Em 1959, o livro *Lolita*, de Vladimir Nabokov, foi publicado pela primeira vez no Brasil, pela Civilização Brasileira. A capa, de autoria do ilustrador Eugênio Hirsch, foi considerada um marco do design brasileiro. Conta-se que o próprio Nabokov chegou a considerá-la a mais bela capa feita para seu livro (LIMA; MARIZ, 2010).

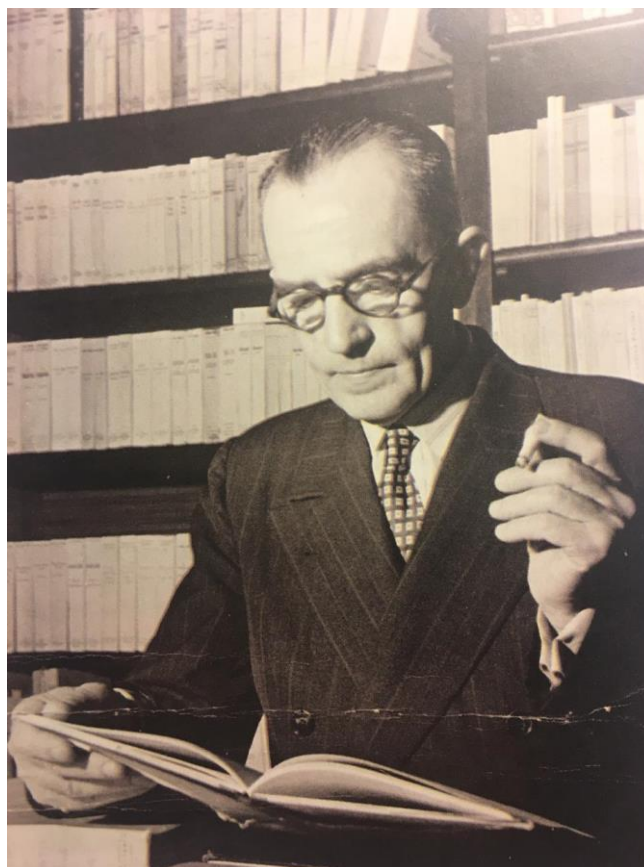
Figura 1 – Capa do livro *Lolita*, de Vladimir Nabokov



Fonte: Hallewell (2005).

A maior liberdade que passou a ser concedida a aspectos visuais das obras contrariava a tradição pela qual se via o texto de um livro como autossuficiente. Na imagem a seguir (Figura 2), com Graciliano Ramos em primeiro plano, nota-se ao fundo o efeito austero causado pelas lombadas das edições clássicas da editora José Olympio, todas com o mesmo visual, em uma loja própria do grupo. José Olympio seria um dos principais críticos da ousadia visual que Ênio Silveira empregava em suas edições, a qual considerava apelativa (HALLEWELL, 2005).

Figura 2 – Graciliano Ramos na livreria José Olympio (Rio de Janeiro, 1942)



Fonte: Kurt Klagsbrunn/Fundo Graciliano Ramos do Arquivo IEB/USP/GR-F01-001 (1942).

Outro tema caro à indústria do livro, abordado por Silveira em 1955, foi a questão da distribuição. Em 1950, 69% da população brasileira vivia em pequenos municípios e em zonas rurais, ao passo que a distribuição de livros ficava limitada aos grandes centros urbanos, principalmente São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador, Recife e Curitiba. Para vender no Interior, as editoras dependiam do comércio não especializado, em que o livro era um produto secundário, e da venda por reembolso postal, prejudicada pela burocracia e pela relativa ineficiência dos Correios. A dependência que o setor editorial tinha dos serviços dos Correios, para a distribuição e a venda de sua produção, em um país de proporções continentais, ficou clara quando, em 1956, logo após Juscelino Kubitschek assumir a presidência, as tarifas postais foram reajustadas, provocando grave crise de distribuição e ameaçando, inclusive, inviabilizar a operação de muitas empresas. A maioria das tarifas, para livros, chegou a alcançar entre 700% e 900% do valor original. Produtos cuja remessa era subsidiada foram mais duramente afetados. Livros escolares, por exemplo, tiveram o valor para envio acrescido em 1.600%. Ao fim, prevaleceu o lobby dos empresários, que conseguiram reverter a

medida ao estabelecer um canal direto com o novo presidente, o que fortaleceu a representatividade do setor junto ao governo (LABANCA, 2010).

Conforme dados divulgados no Anuário Estatístico do Brasil, pelo IBGE, entre 1950 e 1955, a produção de livros ficou relativamente estagnada, passando de 19.583.000 para 21.393.861 exemplares publicados. Durante o governo de Juscelino, por outro lado, esse número chegou a 41.294.961 exemplares, em 1959, refletindo o forte estímulo econômico no período, quando o país crescia a taxas de 7% a 8% ao ano. A indústria editorial foi beneficiada por medidas como a liberalização das importações de equipamentos para a indústria gráfica, que pôde assim se modernizar; a isenção de quase todos os impostos para o setor livreiro; a já citada redução dos custos das tarifas postais; o subsídio à indústria nacional do papel; e a progressiva eliminação da política cambial favorável à importação de livros estrangeiros. Essas medidas podem ser creditadas, em grande parte, à sinergia entre os empresários do setor e o presidente Juscelino, que via na produção e no consumo de livros uma importante medida do progresso cultural do país (HALLEWELL, 2005).

O período entre o governo de Juscelino e o início da Ditadura Militar foi marcado por altas taxas de inflação, o que gerou forte imprevisibilidade no setor editorial, dado o aumento dos custos de impressão e a necessidade de remarcações constantes de preços dos livros, o que era dificultado pela lenta distribuição da produção pelo território nacional. Ainda no governo de Jânio Quadros (1961), foram cortadas políticas de estímulo ao setor, principalmente referentes ao papel. As taxas diferenciadas de importação desse insumo foram abolidas, bem como o subsídio à indústria nacional do papel. Em seis meses, o custo do papel aumentou, nominalmente, 25 vezes. Antes do fim de 1961, o papel chegou a representar 75% do custo de produção do livro. As medidas liberalizantes de Jânio foram em parte revertidas por João Goulart, o que explica o salto na produção no ano seguinte. Ainda assim, no lado da demanda, mesmo com as frequentes políticas de valorização salarial praticadas durante o governo de João Goulart, o poder de compra do brasileiro foi em grande parte corroído pela inflação, nos primeiros anos da década de 1960. Desta forma, o consumo de livros sofreria nova queda nos dois anos seguintes (HALLEWELL, 2005).

Na década de 1960, o desempenho do setor editorial teve grandes oscilações, refletindo as dificuldades enfrentadas pela economia brasileira. Entre

1960 e 1969, a produção de livros por habitante, ao ano, não ultrapassou a marca de um exemplar (em 1962, chegou à taxa de 0,9), conforme dados coletados pelo Serviço de Estatística da Educação e Cultura (SEEC) e divulgados pelo IBGE no Anuário Estatístico do Brasil (Tabela 4).

Tabela 4 – Relação de livros por habitante/ano na década de 1960

Ano	População do Brasil	Tiragem total de livros publicados	Taxa de livros por habitante/ano
1960	70.992.343	36.322.827	0,51
1961	71.868.000	29.169.952	0,41
1962	74.096.000	66.559.000	0,90
1963	76.409.000	54.222.606	0,71
1964	78.809.000	51.912.564	0,66
1967	86.580.000	187.854.400	0,72
1969	92.282.000	68.068.200	0,74

Fonte: Elaboração do autor com dados de IBGE (1961; 1962; 1963; 1964; 1965; 1968; 1970; 2011b).

A situação, ao final da década, apesar de melhor que a observada em 1960, era semelhante à dos anos finais do governo de João Goulart. Os dados divulgados pelo IBGE para o ano de 1967, em relação à tiragem de livros publicados, provavelmente incluem, também o que foi produzido em 1965 e em 1966, visto que as edições do Anuário Estatístico do Brasil, nesses anos, não trazem a informação. Na Tabela 4, para o ano de 1967, optou-se por calcular a taxa de livros por habitante/ano fazendo uma distribuição proporcional da tiragem entre 1965 e 1967.

4 DA EUFORIA À INCERTEZA

Este capítulo trata de um período que vai do início da Ditadura Militar à virada do século XX para o século XXI. A primeira parte aborda o impacto causado, na demanda por livros e na estrutura do mercado editorial brasileiro, pelas iniciativas de estabilização econômica e políticas para a educação do novo regime. Também descreve os efeitos, sobre o setor, da crise econômica e da aceleração da inflação, entre o final dos anos 1970 e o início nos anos 1980. A segunda parte analisa o impacto da abertura política sobre a renovação do mercado editorial, em um clima de maior liberdade cultural e intelectual. Também aborda o prosseguimento da crise econômica no período democrático, as mudanças decorrentes do Plano Real e o impacto das políticas de compra de livros didáticos sobre a atividade editorial no final do século XX.

4.1 AUGES E INSTABILIDADE

Nos anos iniciais da Ditadura Militar, não houve mudanças significativas na produção e no consumo de livros no Brasil. No entanto, o novo governo iniciou, ainda nos anos 1960, reformas econômicas que alterariam o delicado quadro macroeconômico que o país atravessou no início da década, fruto da expansão fiscal ocorrida durante o governo de Juscelino e agravado pela instabilidade política. Visando combater o processo inflacionário, o desequilíbrio externo e a estagnação econômica, o governo lançou o Plano de Ação Econômica (PAEG), programa de estabilização de preços com orientação ortodoxa, e desenvolveu reformas nos sistemas financeiro e sistema tributário. Até 1967, enquanto as mudanças eram implementadas, a economia seguiu mostrando sinais de instabilidade, com variações bruscas no comportamento do Produto Interno Bruto (PIB) e taxas de inflação ainda altas. Entre 1968 e 1973, no entanto, o PIB atingiu crescimento de dois dígitos anualmente (média de 11,1%, contra 4,2% entre 1964 e 1967), e a inflação, medida pelo Índice Geral de Preços (IGP), foi de 19,1% ao ano, em média (entre 1964 e 1967, havia ficado em 45,5%). O desempenho da economia foi beneficiado também pelas condições externas no período, com valorização dos preços das commodities e migração de capital para países em desenvolvimento (HERMANN, 2005a).

Em geral, a indústria brasileira cresceu durante o Milagre Econômico, e esse foi o caso também do setor editorial, principalmente a partir de 1970. Os empresários

se beneficiaram não apenas de aspectos gerais, como a maior estabilidade do câmbio e a expansão do crédito, mas também de políticas específicas dos militares. Entre os benefícios concedidos à indústria editorial, houve a isenção de todos os impostos, com exceção do de renda, sobre a cadeia de produção e venda do livro, o que incluía até mesmo a fabricação de papel de impressão. Com esse estímulo, o Brasil passou a importar equipamentos gráficos modernos, tornando mais barata a impressão de livros no país, e a exportar papel para diversos países, grande parte dele fabricado por empresas estrangeiras que chegaram ao Brasil com a abertura econômica. A produção de papel para livros, no Brasil, que já havia passado de 27.277 toneladas em 1955 para 84.984 toneladas em 1960, demonstrando o impulso ocorrido durante o governo de Juscelino Kubitschek, atingiu 368.123 toneladas em 1978, agora impulsionado principalmente pelo investimento direto estrangeiro (HALLEWELL, 2005).

Tabela 5 – Produção de papel para livros no Brasil (1945-1978)

Ano	Produção em toneladas
1945	24.000
1950	22.000
1955	27.277
1960	84.984
1965	66.027
1970	121.085
1975	191.403
1978	368.123

Fonte: Elaboração do autor com dados de IBGE (1946; 1951; 1956; 1961; 1966; 1971; 1976; 1979 *apud* HALLEWELL, 2005).

Além dos incentivos fiscais, os militares criaram um amplo programa de compras de livros didáticos, que tinha o objetivo de incentivar a atividade editorial, mas também de controlar o setor, aspecto essencial para o projeto ideológico do regime. Em 1966, o governo Castelo Branco criou a Comissão Nacional do Livro Técnico e Didático (COLTED), sob os auspícios do acordo MEC-USAID, uma parceria entre o Brasil, representado pelo Ministério da Educação (MEC), e os Estados Unidos, por meio da *United States Agency for International Development* (USAID), para a reforma do sistema educacional brasileiro, tendo o sistema norte-americano como modelo. A COLTED prometia fornecer, em três anos, 51 milhões de livros às escolas públicas. O resultado dessa política, com a qual os militares

beneficiaram grandes editoras, como a Abril e a José Olympio, foi que, entre 1966 e 1980, quadruplicou a produção de livros didáticos, chegando à marca de 100,2 milhões de exemplares. Outro projeto dos militares que beneficiou o setor editorial foi o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), cujo material de alfabetização também foi encomendado pelo governo. Apenas em 1970, a Abril e a José Olympio receberam encomendas públicas na ordem de 50 milhões de livros destinados ao Mobral (OLIVEIRA; GUIMARÃES; BOMENY, 1984).

A forma de relação dos empresários do setor editorial com o governo foi similar à que outros setores da indústria brasileira mantiveram com os militares. Grande parte deles não apenas apoiou o golpe civil-militar em 1964, como também tomou parte de forma proativa no movimento que derrubou o governo de João Goulart, financiando a edição de material de divulgação de ideias contrárias ao governo democrático. Entre essas editoras, estiveram a Globo, a José Olympio, a Francisco Alves e a Nacional, entre outras (HALLEWELL, 2005).

As grandes editoras foram favorecidas pela sua capacidade de investimento, com o que podiam atender às crescentes demandas de livros do setor público. No entanto, o aspecto ideológico também teve peso na forma como os militares beneficiaram algumas grandes editoras, principalmente aquelas que haviam cooperado – e seguiam cooperando – com o novo regime político. O Instituto Nacional do Livro (INL), criado em 1937, tornou-se instrumento de coerção do governo, no início dos anos 1970, quando encampou as atividades da COLTED, praticando um sistema de coedições com editoras contempladas em seleções arbitrárias. Ao mesmo tempo, editoras pequenas ou que tinham linha editorial contrária aos interesses dos militares fecharam as portas ou perderam mercado nesse período (GALUCIO, 2005).

Uma das editoras que mais produziram e lucraram durante a Ditadura Militar, a Editora Abril é um exemplo de como muitas empresas aliaram, nesse período, os benefícios da relação próxima com o poder, os frutos do crescimento econômico e a inovação em práticas empresariais. Entre 1968 e 1982, a Abril vendeu cerca de um bilhão de fascículos, 11 milhões de enciclopédias e 30 milhões de romances, segundo Pereira (2010). O maior mérito da Abril foi iniciar uma inteligente estratégia de vendas de livros em bancas de revistas, com grande parte deles compondo coleções seriadas, divulgadas por meio de estratégias de *marketing* ousadas – que incluíam até mesmo comerciais em horário nobre na televisão. A capilaridade da

distribuição por meio de bancas de revista proporcionou o acesso a um público muito maior que o de clientes de livrarias. A divulgação ostensiva impulsionou uma demanda que gerava grandes ganhos de escala na produção de livros. A venda em coleções garantia maior previsibilidade na receita da Abril. Esses fatores fizeram com que a editora se destacasse entre as outras empresas beneficiadas pela conjuntura favorável do período. (BICICGO, 2013).

Ressalvados os aspectos mais peculiares que colaboraram para o crescimento do setor editorial durante a Ditadura Militar, é importante salientar que esse período representou o ápice de um processo mais geral, que se desenvolvia desde os anos 1930. Por meio de um projeto de desenvolvimento com suporte do Estado, cujo objetivo era aproximar o país das nações capitalistas avançadas, a elite política e econômica do país impulsionou a industrialização, a urbanização e a migração interna no Brasil. Como suporte a esse projeto, aumentou-se o investimento em ensino, o que, em conjunto com os demais fatores, gerou um cenário de maior mobilidade social. A formação de uma classe média mais extensa, resultado final desse processo, possibilitou a consolidação de uma indústria cultural moderna no país, não apenas no setor editorial (PEREIRA, 2011).

Tabela 6 – Relação de livros por habitante/ano na década de 1970

Ano	População do Brasil	Tiragem total de livros publicados	Taxa de livros por habitante/ano
1971	95.993.400	80.194.477	0,84
1972	98.690.200	136.026.164	1,38
1973	101.432.600	136.041.916	1,34
1974	104.243.300	144.781.000	1,39
1975	107.145.200	137.891.000	1,29
1976	110.123.500	139.558.000	1,27
1977	113.208.500	154.889.000	1,37
1978	116.393.100	186.750.000	1,60
1979	119.670.000	140.634.000	1,18
1980	121.150.573	242.912.611	2,00

Fonte: Elaboração do autor com dados de IBGE (1972; 1973; 1974; 1975; 1976; 1977; 1978; 1979; 1980; 2011b); SNEL (1981 *apud* HALLEWELL, 2005).

Durante a Ditadura Militar, houve grande investimento público no ensino básico (pré-escola, primeiro e segundo graus), ao mesmo tempo em que o regime incentivou a criação de vagas em instituições privadas, principalmente no ensino superior. Entre 1965 e 1985, expandiu-se em 249,84% a quantidade de alunos matriculados no ensino básico. No ensino superior, incluindo cursos de mestrado e

doutorado, o aumento foi de 888,69%. Em ambos os casos, a expansão ocorreu principalmente entre 1965 e 1975. Esse fenômeno não apenas gerou um aumento da demanda governamental por livros, por meio das estratégias já mencionadas, mas, de forma mais ampla, representou a consolidação de uma classe média mais numerosa e intelectualizada, que passou a demandar mais livros de todos os tipos. Paradoxalmente, mesmo sob um regime autoritário de Direita, consolidou-se no Brasil, nesse período, uma hegemonia cultural de Esquerda, inclusive nas universidades (SCHWARZ, 1992).

Os militares cultivaram, com a intelectualidade de esquerda, uma relação errática, pontuada por períodos – ou mesmo episódios – de autoritarismo e repressão, mas também, muitas vezes, por certo grau de permissividade. Logo após o golpe militar, em 1964, houve invasões a editoras ligadas a partidos políticos, como a Vitória, relacionada ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), o confisco de milhares de livros considerados subversivos, em editoras e livrarias, e a perseguição a dirigentes e a colaboradores de diversas casas editoriais. Ênio Silveira, devido à sua ligação com o PCB, teve seus direitos políticos cassados por dez anos (em uma das primeiras medidas do novo regime), foi pressionado por Castelo Branco a retirar-se da direção da Civilização Brasileira e da recém-fundada Revista Civilização Brasileira, de oposição ao novo regime, e acabou preso três vezes, entre 1964 e 1965. A repressão ocorreu inclusive com medidas econômicas, como no episódio em que o presidente Costa e Silva pressionou os bancos a não fornecerem crédito para a Civilização Brasileira e pela pressão efetuada sobre os pontos de venda, como livrarias e bancas de revista, que sofriam constantes confiscos das forças policiais (LIMA; MARIZ, 2010).

Com o Ato Institucional nº5, em 1968, a Revista Civilização Brasileira foi extinguida e Ênio Silveira foi preso pela quarta vez. Em 1970, já no governo Médici, instaurou-se a censura prévia a livros. Em pleno período de Milagre Econômico e crescimento do setor editorial, os escritórios da Civilização Brasileira e sua principal livraria, no centro do Rio de Janeiro, foram destruídos por um incêndio misterioso. Silveira seria preso ao menos mais três vezes até 1971, além de enfrentar diversos processos judiciais. A editora, que ainda conseguia operar, até a virada da década, graças a reservas econômicas obtidas nos anos 1960 e a boas relações que conservava nesse mercado, acabou definhando no início dos anos 1970, diminuindo sua produção ao longo da década e sendo finalmente vendida para acionistas

portugueses no início da década de 1980, para em seguida ser absorvida pela Bertrand Brasil (HALLEWELL, 2005).

Além da Civilização Brasileira, outras editoras consideradas subversivas foram alvos de repressão do regime militar. Um caso famoso é o da Editora Brasiliense, do intelectual Caio Prado Júnior, que, após diversas prisões sofridas a partir do golpe militar, foi condenado, em 1970, a seis anos e meio de reclusão, por haver, três anos antes, feito críticas ao governo em um evento com estudantes. Prado Júnior passou 525 dias preso, até ser absolvido pelo Supremo Tribunal Federal (STF). A Brasiliense pediria concordata em 1974, um ano de inflexão para o regime ditatorial (GASPARI, 2014).

O aumento mundial do preço do insumo, provocado pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), em 1973, gerou forte inflação nos anos seguintes. Além do aumento do custo de energia e transporte, comum às atividades industriais em geral, as editoras foram especialmente atingidas pelo aumento do preço do papel, que subiu 125% no Brasil, entre 1973 e 1974. A resposta do setor foi reduzir a qualidade e mesmo o tamanho das edições. Apesar disso, o preço médio dos livros quase dobrou entre 1972 e 1975. Outro fator que colaborou para a manutenção do nível de produção a um patamar estável foi a manutenção das compras governamentais de livros didáticos, condizente com a política do governo de Ernesto Geisel (1974-1979), que, sob os auspícios do PND II, manteve o estímulo estatal à atividade econômica (HALLEWELL, 2005).

As editoras de oposição à Ditadura Militar, relativamente toleradas nos anos iniciais do regime, mas cada vez mais fustigadas à medida em que recrudescia a repressão, na virada dos anos 1960 para os 1970, teriam papel fundamental na sobrevivência do setor editorial em meio à deterioração das condições macroeconômicas brasileiras, que seria uma constante até o final do regime, em 1985. Ao assumir o governo, Geisel iniciou um processo de abertura política, cujos efeitos sobre a atividade editorial foram a diminuição da repressão econômica e da censura às editoras, além de um ambiente mais propício ao debate de ideias e ao consumo de bens culturais. Nessa época, melhorou a relação de Ênio Silveira com os militares (HALLEWELL, 2005), e a Brasiliense, agora comandada por Caio Graco, iniciou um processo de crescimento que a levaria ao posto de segunda maior editora do país (LEMOS, 2014)

Além da Civilização Brasileira e da Brasiliense, diversas outras editoras, com diferentes portes e linhas editoriais, mas com a mesma postura de oposição à Ditadura Militar, surgiram ou ressurgiram com força no mercado, a partir do governo Geisel. Entre elas, destacam-se a Alfa-Ômega, a Codecri, a Duas Cidades, a Global, a Marco Zero, a Paz e Terra, a Vozes e a Zahar (MAUÉS, 2014).

Apesar da efervescência intelectual por que passou o país no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, com a “abertura lenta e gradual” executada por Geisel, a economia brasileira já andava a marcha forçada desde o primeiro choque do petróleo, em 1973. Quando ocorreu o segundo choque, em 1979, houve uma queda brusca na produção de livros. De 186,75 milhões unidades produzidas em 1978, a tiragem caiu para 140,63 milhões, em 1979. No ano seguinte, houve novo crescimento, para 242,91 milhões de unidades, e assim, sucessivamente, as tiragens alternaram anos de altas e baixas até 1987, conforme relatórios da SNEL, citados por Hallewell (2005).

A instabilidade não foi exclusividade do setor editorial, estando relacionada ao agravamento da crise econômica interna nos anos 1980, com a disparada da inflação e da dívida externa causadas pelo aumento dos juros internacionais, gerando também desvalorização cambial. Com isso, elevou-se o custo de insumos básicos e do crédito, e houve queda no poder aquisitivo da população. Além disso, as altas taxas de inflação dificultaram o planejamento das empresas, gerando a necessidade de remarcações constantes de preços (MAUÉS, 2014).

Na virada da década, havia 481 empresas no ramo livreiro, conforme a segunda edição do Guia das Editoras Brasileiras, publicado pelo SNEL naquele ano. Grande parte delas crescia mesmo em meio à crise, como a Record e a Brasiliense, além de editoras tradicionais que seguiam baseando seus negócios na venda de livros didáticos, confiando na demanda do governo – como era o caso do Instituto Brasileiro de Edições Pedagógicas (Ibep). As editoras de livros não didáticos tiveram seu melhor momento, nessa época, com a edição de obras de ficção, gerando grande quantidade de *best-sellers*. Contribuiu para isso a consolidação de canais alternativos de distribuição, como a já citada venda em bancas de revista, o marketing direto e a venda porta a porta. Além desses métodos, houve fenômenos como o do Círculo do Livro, que, como clube de livros, chegou a ter, em 1983, 800 mil membros em 2.850 municípios brasileiros, atendidos por 2.600 vendedores. Entre 1973, quando o negócio foi trazido para Brasil por meio de uma parceria entre

a Abril e o grupo editorial alemão Bertelsmann, e 1983, foram vendidos 17 milhões de exemplares (HALLEWELL, 2005).

A atividade editorial, durante os anos 1980, no setor de livros não didáticos, foi sustentada, em, larga medida, pelo aumento da classe média durante a década anterior. Entre 1970 e 1980, houve redução da pobreza e melhoria do bem-estar social da população, com o nível de renda aumentando 97% no período, equivalente a uma taxa média de 7% ao ano. Apesar de também ter ocorrido um aumento da desigualdade, entre 1970 e 1980, com o Coeficiente de Gini passando de 0,57 para 0,59, a mudança não foi tão drástica quanto a observada entre 1960 e 1970, quando o índice saltara de 0,50 para 0,57. De fato, mesmo que a maior taxa média de variação de renda, no período, tenha ocorrido entre os 10% mais ricos da população, na ordem de 7,3% ao ano, ela é quase idêntica à observada entre os 10% mais pobres, que viram sua renda aumentar a uma taxa de 7,2% ao ano. Durante a década de 1980, a taxa de variação da renda foi muito menor, ficando em apenas 1,2%, e foi inclusive negativa entre os 40% mais pobres da população (RAMOS; MENDONÇA, 2005).

O crescimento da parcela da população com Ensino Superior, uma tendência desde a Ditadura Militar, também pode ter contribuído para incentivar o hábito de leitura, impulsionando a demanda privada por livros entre os anos 1970 e 1980. Em 1960, apenas 1,8% da população com 15 anos ou mais de idade tinha formação superior. Em 1985, último ano dos militares no poder, já eram 5,3%. No ano 2000, após novo impulso ao ensino superior, ocorrido durante o governo Fernando Henrique Cardoso, esse contingente chegou a 7,5% a população. Por outro lado, ao longo desses 50 anos, a expansão do acesso ao ensino fundamental não foi acompanhada de movimento com intensidade similar no ensino médio. Entre 1960 e 2000, a proporção de brasileiros sem escolaridade caiu de 47,5% para 16% da população com 15 anos ou mais de idade, enquanto a parcela com ensino fundamental aumentou de 36,4% para 62,2%, em ambos os casos, em um movimento de transição mais ou menos contínuo. Já a parcela da população com ensino médio praticamente não se alterou nesses 50 anos, passando de 14,3% para 14,4%. Em 1975, chegou a corresponder a apenas 7,7% da população (FERRARA; VELOSO, 2005).

Tabela 7 – Expansão do ensino no Brasil (1985-2015)

Ano	Matrículas na educação básica	Matrículas no ensino superior
1985	30.175.135	1.405.335
1991	36.278.910	1.589.562
1995	43.789.812	1.723.647
2000	48.332.228	2.780.220
2005	55.942.047	4.571.063
2010	51.549.889	6.865.660
2015	48.817.479	8.300.382

Fonte: Elaboração do autor com dados de IBGE (1986; 1992; 1996; 2001; 2006; 2011b; 2016).

Esse cenário, que pode estar relacionado às altas taxas de crescimento populacional observadas no período, ajuda a explicar por que, após o setor editorial romper a barreira da produção de um livro por habitante, no início dos anos 1970, seguiu até a metade dos anos 1990 oscilando seu desempenho na faixa entre um e dois exemplares, sem obter taxas de crescimento consistentes em produção per capita.

Tabela 8 – Produção de livros por ano (1981-1994)

Ano	Tiragem total de livros publicados	Ano	Tiragem total de livros publicados
1981	219.028.665	1988	161.643.119
1982	245.412.465	1989	233.333.000
1983	181.300.000	1990	200.300.000
1984	285.412.463	1991	<i>303.492.000</i>
1985	161.923.671	1992	<i>189.892.218</i>
1986	209.129.432	1993	<i>222.522.318</i>
1987	186.451.761	1994	<i>245.986.312</i>

Fonte: Elaboração do autor com dados do SNEL (fonte normal), IBGE (em negrito) e CBL (em itálico), todos retirados de Hallewell (2005).

De meados da década de 1970 ao fim dos anos 1990, houve crescimento contínuo das parcelas da população com ensino médio (recuperando o patamar de 1960) e superior (a níveis nunca antes vistos na história do Brasil), estabilidade da parcela da população com ensino fundamental e diminuição relativa da massa de brasileiros sem qualquer nível de escolaridade (FERRARA; VELOSO, 2005).

Tendo em vista a estabilidade no comportamento dos índices de educação e a existência de um setor editorial moderno e diversificado no início dos anos 1980, chega-se à conclusão que as drásticas flutuações ocorridas na produção de livros durante a década de 1980 estão mais relacionadas aos desequilíbrios econômicos do período. Além dos efeitos já mencionados no lado da oferta, como a escassez da

oferta de crédito após 1979 (agravada com a moratória do México, em 1982) e a alta no preço dos insumos, a demanda foi minada pela perda de poder aquisitivo, no período, das classes baixa e média, cujos rendimentos não tinham o mesmo grau de indexação que protegia a renda das camadas mais ricas da população. O ajuste cambial e fiscal, realizado entre 1981 e 1983, buscou corrigir o desequilíbrio externo, causando recessão na economia. Apesar de ter mitigado temporariamente o desequilíbrio externo e ajudado a gerar um crescimento de 5,4% no PIB em 1984 (com reflexos positivos também na produção de livros), após uma queda de 2,2% observada no triênio 1981-1983, o ajuste acabou colaborando para a aceleração da inflação e para o agravamento da deterioração fiscal (HERMANN, 2005b).

Em 1986, com o Plano Cruzado, houve um surto de otimismo por parte das forças do capital e do trabalho, devido à interrupção momentânea da queda de poder aquisitivo. A recuperação da demanda por livros e a queda nos preços dos insumos, principalmente do papel, geraram nova alta na produção, nesse ano. No entanto, no primeiro semestre de 1987, os preços saíram de controle outra vez, decretando o fim do Plano Cruzado. Com isso, o mercado editorial entrou novamente em um período de incerteza, que se prolongaria até o fim do governo Sarney e continuaria no governo Collor, já na virada para a década de 1990, após diversos planos fracassados para estabilizar a inflação. O setor editorial sofreu, nesse período, com restrições comuns a outros setores da economia brasileira, com o agravante de não poder contar com um mercado relevante para a exportação, ficando restrito ao mercado doméstico. Em muitos anos, mesmo durante o período de hiperinflação, a economia brasileira apresentou taxas de crescimento do PIB de ordem considerável, apesar de aquém das observadas na década de 1970. Em 1989, o país cresceu 3,2%, mesmo com o fracasso do Plano Verão (MODIANO, 2014).

As formas de comercialização mais voltadas ao público de menor renda, como a venda a prestações a domicílio e o comércio em bancas de revista, foram duramente atingidas, no final dos anos 1980 e início da década seguinte. As coleções em fascículos, que haviam ajudado a tornar a editora Abril o maior grupo editorial da América Latina, nos anos 1970, acabariam desaparecendo das bancas de revista, com a queda do poder aquisitivo das classes média e baixa. Muitas das empresas estrangeiras que haviam começado a atuar no Brasil, a partir do auge do Milagre Econômico, motivadas por tiragens cujo tamanho causava inveja a muitos países avançados, começaram a deixar o país devido à crise, vendendo ou

fechando suas sucursais. Ironicamente, após anos de temores das editoras locais em relação às multinacionais, a crise econômica foi o que mais colaborou para afastar essa “ameaça”. A gigante editorial alemã Bertelsmann, que havia criado o Círculo do Livro em parceria com a Editora Abril na década de 1970, com grande sucesso, vendeu sua participação no negócio, em meados dos anos 1990, ao detectar uma queda em seus lucros (HALLEWELL, 2005).

4.2 DEMOCRACIA E DEPENDÊNCIA

A longa crise econômica por que passou o Brasil – e a América Latina – nos anos 1980, legou a esse período a alcunha de “década perdida”. Para o setor editorial, uma herança trágica desses tempos foi a alienação de parte do seu público, que simplesmente parou de consumir livros. O longo período de estagnação econômica interrompeu o processo de formação de uma classe média mais robusta no Brasil, essencial para que haja uma demanda sólida por livros. A renda média domiciliar per capita, que era de R\$ 817 em 1981, passou a R\$ 785 em 1992, ano do impeachment de Collor. Após o Plano Real, em 1994, voltou a crescer, chegando a R\$ 1.026 em 2002¹. Já o Coeficiente de Gini atingiu seu máximo em 1989, a 0,64, voltando a cair nos anos seguintes (PNAD *apud* MENDONÇA; RAMOS, 2005).

Mesmo com a estabilização econômica ocorrida a partir do governo de Itamar Franco (1992-1995) e consolidada nos mandatos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011), acompanhada da crescente melhora nas taxas de escolaridade da população, da diminuição da desigualdade e do aumento da renda média da população, não houve alterações significativas na estrutura do mercado de livros do Brasil, tanto na oferta quanto na demanda, na segunda metade da década de 1990 e na primeira metade da década de 2000. A tendência de elitização do consumo de livros, devido ao aperto por que passaram as demais camadas da população durante o período de hiperinflação, garantiu o crescimento, a partir de sua fundação em 1986, da Companhia das Letras, uma editora assumidamente mais voltada a um público intelectualizado e de maior poder aquisitivo (HALLEWELL, 2005).

Ao longo do governo de Fernando Henrique Cardoso, houve uma piora na maioria dos indicadores do mercado editorial, apesar da manutenção da produção

¹ Valores corrigidos pelo INPC, referentes a dezembro de 2018.

em um nível relativamente estável, em patamar superior ao observado nos anos anteriores, quando considerada a sua tiragem anual. Entre 1995 e 2006, ou seja, incluindo também o período do primeiro mandato de Lula na presidência, o faturamento real das editoras caiu 39,2%, refletindo quedas na tiragem média por título publicado (-13,7%), no faturamento real por título (-53,2%) e no preço médio real praticado (46,1%). A queda de 39,2% no faturamento das editoras ocorreu em um período em que o PIB do país cresceu 31%. Em parte, a piora no desempenho do setor pode ter refletido a perda de poder aquisitivo da camada mais rica da população, com a crise de 1998/1999. Apesar disso, nos anos seguintes, o setor editorial seguiu vendo seu faturamento cair, o que demonstra a existência de um fenômeno de prazo mais longo, e não apenas a reação a um choque temporário (EARP; KORNIS, 2011).

Tabela 9 – Faturamento real e total de exemplares vendidos (1995-2006)

Ano	Exemplares vendidos	Faturamento (milhões de R\$)
1995	374.626.262	9.642
1996	389.157.085	9.160
1997	348.152.034	8.762
1998	410.334.641	8.245
1999	289.679.546	6.553
2000	334.235.160	6.726
2001	299.400.000	7.893
2002	320.600.000	5.233
2003	255.830.000	5.056
2004	288.680.000	5.235
2005	270.390.000	5.240
2006	310.000.000	5.865

Fonte: Elaboração do autor com dados de Earp e Kornis (2010); CBL (2003); FIPE (2009). Correção pelo IGP-DI para dezembro de 2018.

A implementação do Plano Real, em 1994, conteve a inflação que drenava o poder aquisitivo da população desde a década de 1980. Para conseguir essa verdadeira façanha, no entanto, o governo brasileiro manteve a nova moeda valorizada junto ao dólar por um longo período, às custas do desequilíbrio externo e fiscal. Entre 1995 e 1997, as contas públicas sofreram deterioração sistemática, tanto em seu resultado primário quanto pelo aumento da dívida pública. No mesmo período, o câmbio valorizado provocou um forte aumento das importações e queda nas exportações, tornando o país crescentemente dependente do capital estrangeiro, para fechar as contas do balanço de pagamentos. Após a crise asiática

de 1997, as autoridades brasileiras iniciaram um movimento de gradual ajuste fiscal e cambial, buscando corrigir o rumo já diagnosticado nas variáveis macroeconômicas. Os motivos que levaram o governo a evitar uma mudança mais abrupta na taxa de câmbio são um tema polêmico na historiografia econômica brasileira. Se é verdade que o risco de volta da inflação, naquele contexto, não era descartável, também havia riscos políticos caso essa atitude fosse tomada às vésperas de uma nova eleição presidencial, quando a própria candidatura à reeleição de FHC dependia de uma emenda à Constituição. De qualquer forma, o *default* da dívida russa, em agosto de 1998, acabou gerando a fuga de capitais dos mercados emergentes, obrigando o país a esquecer o gradualismo. Ainda antes das eleições daquele ano, o Brasil obteve um empréstimo junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI), com o intuito de dissipar o temor de investidores quanto a uma desvalorização do Real. O acordo foi suficiente para evitar o ajuste antes das eleições, mas ele veio no início de 1999. Em fevereiro, a cotação do Dólar Americano já havia saltado de R\$ 1,20 para mais de R\$ 2,00 (AVERBUCK; GIAMBIAGI, 2000).

Entre 1998, último ano do *boom* de consumo provocado pela sobrevalorização do Real frente ao Dólar, e 2005, os 10% mais ricos da população brasileira perderam 20% de seu poder aquisitivo (IBGE, 2007). O mercado de livros brasileiro, tradicionalmente elitizado, havia acentuado essa tendência, desde a década de 1980, com a perda de poder aquisitivo das classes mais baixas, que haviam ficado mais expostas aos efeitos da inflação até 1994. A sobrevalorização do Real, entre 1995 e 1998, estimulou a demanda por diversos bens e por parte de todas as camadas da população. Em relação ao mercado de livros, especificamente, é provável que a parcela mais rica da população tenha sido a responsável pelo salto na produção e no consumo. Pela primeira vez na história, o setor editorial brasileiro atingiu a marca de mais de dois livros produzidos por habitante.

Em 2002/2003, as famílias brasileiras destinavam, em média, 0,33% de seus gastos para livros, revistas e jornais, além de 0,15% para livros didáticos e revistas técnicas. A participação das despesas, somadas ambas as categorias, e em relação às despesas totais, aumentava conforme a renda da família, até a faixa entre 20 e 30 salários mínimos mensais. Na classe mais rica, com renda acima de 30 salários mínimos mensais, as despesas nessas categorias atingiam seu valor médio mais

alta, mas decresciam proporcionalmente, se comparadas com a despesa média total (IBGE, 2004).

Com bases nesses dados, e levando em conta que, em 2003, um livro custava, em média, R\$ 9,24 (CBL, 2004), chegamos à conclusão de que apenas famílias com despesa mensal superior a cinco salários mínimos tinham o hábito de gastar um valor equivalente a dois livros por ano, nas duas categorias somadas, considerando livros, jornais e revistas de qualquer tipo.

Tabela 10 – Despesa média mensal familiar em livros, revistas e periódicos, por classe de rendimento (2002/2003)

Classe por faixa de renda (salário mínimo em janeiro de 2003: R\$ 200)	Despesa média mensal familiar total (R\$)	Despesa média mensal familiar com livros, revistas e periódicos (R\$)	Participação na despesa total (%)
Até 2 salários	454,70	0,38	0,08
2 a 3 salários	658,18	0,69	0,10
3 a 5 salários	920,69	1,49	0,16
5 a 6 salários	1.215,33	2,91	0,24
6 a 8 salários	1.494,43	3,28	0,22
8 a 10 salários	1.914,35	5,99	0,31
10 a 15 salários	2.450,03	8,46	0,35
15 a 20 salários	3.270,20	13,89	0,42
20 a 30 salários	4.445,42	21,56	0,48
Mais de 30 salários	8.721,91	37,23	0,43
Total	1.778,03	5,81	0,33

Fonte: Elaboração do autor com dados de IBGE (2004a).

Segundo a Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2003 (IBGE, 2004a), apenas 6,62% das famílias residentes no Brasil tinham, naquele ano, despesa mensal superior a cinco salários mínimos, enquanto 91,41% das famílias despendiam até cinco salários mínimos por mês. Cruzando os dados da PNAD de 2003 com as informações da Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003 (IBGE, 2004b), chegamos à conclusão de que, mesmo compondo apenas 6,62% do total de famílias no Brasil, as famílias com despesas acima de cinco salários mínimos mensais eram responsáveis por 87,52% do consumo de livros, revistas e jornais, entre 2002 e 2003. Por isso, variações no poder aquisitivo dessa camada da população tinham efeito drástico no consumo e, conseqüentemente, nas receitas do setor editorial.

Tabela 11 – Participação na despesa com livros, revistas e periódicos, por classe de rendimento (2002/2003)

	Todas as famílias	Até 5 salários mínimos	Acima de 5 salários mínimos
Famílias domiciliadas no Brasil (2003)	53.082.558	48.524.054	3.511.538
Distribuição das famílias por faixa de renda (2003)	100,00%	91,41%	6,62%
Despesa média mensal por família (2002/2003)	R\$1.778,03	-	-
Despesa mensal total das famílias (2002/2003)	R\$94.382.380.600,74	R\$24.726.200.099,38	R\$69.656.180.501,36
Despesa mensal total com livros, revistas e jornais (2002/2003)	R\$308.409.661,98	R\$23.961.168,22	R\$284.448.493,76
Despesa anual com livros, revistas e jornais (2002/2003)	R\$3.700.915.943,76	R\$287.534.018,64	R\$3.413.381.925,12
Despesa mensal com didáticos e revistas técnicas (2002/2003)	R\$143.322.906,60	R\$32.436.222,16	R\$110.886.684,44
Despesa anual com didáticos e revistas técnicas (2002/2003)	R\$1.719.874.879,20	R\$389.234.665,92	R\$1.330.640.213,28
Despesa mensal nas duas categorias (2002/2003)	R\$451.732.568,58	R\$56.397.390,38	R\$395.335.178,20
Despesa anual nas duas categorias (2002/2003)	R\$5.420.790.822,96	R\$676.768.684,56	R\$4.744.022.138,40
Participação das famílias no consumo privado de livros, revistas e jornais, por faixa de renda	100%	12,48%	87,52%

Fonte: Elaboração do autor com dados de IBGE (2004a); IBGE (2004b).

Durante os anos 1990, ganhou forte impulso a política de compras de livros, principalmente didáticos, pelo governo federal. O principal motivo para isso foram as mudanças institucionais realizadas pelo governo no funcionamento do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), que já existia desde 1985. Em 1997, a execução do programa passou a ser de responsabilidade do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC). A partir de 1998, o MEC estabeleceu um fluxo regular de recursos para o programa, cumprindo assim com a proposta de universalização do PNLD. Nessa época, o governo federal passou a comprar livros para todos os alunos da rede pública de Ensino Fundamental, inclusive aqueles que cursam da quinta à oitava série. O efeito disso foi um crescimento significativo da importância do setor público para as vendas das editoras. Entre 1994 e 1997, foram comprados 77 milhões de livros por ano pelo governo. Entre 1998 e 2005, esse número aumentou para 102 milhões de livros ao ano. A forma de seleção dos títulos encomendados

pelo governo, com a participação de escolas e professores e grande grau de liberdade de escolha, passou a incentivar a formação de um oligopólio na oferta das editoras, visto que as maiores empresas têm capacidade para investir mais em propaganda e *marketing*. Em meados da década passada, Moderna, FTD, Saraiva, Ática e Scipione dominavam o setor, favorecidas pela capacidade de produção e pelos ganhos de escala, revertidos em preços atrativos para o governo (SOARES, 2007).

Os livros didáticos seguiram tendo papel relevante nas vendas privadas, após a expansão das compras governamentais. Devido à grande diferença nos custos de produção dos livros, incluindo as despesas com a distribuição e a comercialização do livro, mas principalmente as economias de escala na impressão, o preço médio dos didáticos vendidos para o mercado foi mantido a um patamar muito superior ao do valor de venda para o governo, compensando a queda nas tiragens para o mercado e eventuais oscilações da demanda governamental. Entre 1995 e 2006, a participação dos didáticos nas vendas totais para o mercado foi de 42,89% a 45,25% (EARP; KORNIS, 2011).

5 O MERCADO BRASILEIRO HOJE

Antecedido por três capítulos que contam, de forma cronológica, uma espécie de história da demanda e da oferta de livros no Brasil, este capítulo derradeiro tem o intuito de examinar seus desdobramentos na atualidade, bem como de expor temas contemporâneos e de contrapor a realidade brasileira à de outros países. Na primeira parte, é feita uma análise da estrutura atual do mercado editorial brasileiro, quanto ao seu grau de concentração, as principais empresas que o compõem, as linhas editoriais mais comuns, o desempenho recente do setor e o impacto causado pela crise econômica recente. A segunda parte, por outro lado, explora as características da demanda por livros no país, o surgimento de novos comportamentos e produtos, as transformações causadas sobre os hábitos de leitura e possíveis impactos no mercado brasileiro, em comparação com mercados editoriais de outros países.

5.1 ESTRUTURA DE MERCADO E LINHAS EDITORIAIS

O desempenho do setor editorial, a partir do Plano Real, acabou frustrando as expectativas do empresariado de que pudesse haver uma nova expansão do mercado editorial a partir da superação da instabilidade econômica que marcou os anos 1980 e o início dos anos 1990. Mesmo nos anos de maior pujança econômica, durante o governo Lula, o mercado editorial seguiu encolhendo, quando analisado o seu faturamento real. Isso minimiza o papel da crise de 1998/99 sobre a queda no desempenho do setor e lança luz sobre outras questões, como a concorrência dos livros com outros bens culturais e de consumo, a mudança nos hábitos da sociedade brasileira e os gargalos não resolvidos do setor.

Em pesquisa realizada em 2017, o Brasil ficou em 13º lugar, entre 20 países, quanto ao tamanho de seu mercado editorial, em termos absolutos. Quando avaliado o faturamento per capita, no entanto, ficou em 16º lugar, atrás de países como Argentina e Turquia. Tendo como critério a quantidade de novos títulos publicados per capita, caía mais duas posições, ficando em 18º. Cabe salientar que esses dados englobam todas as vendas da indústria editorial, incluindo aquelas feitas para o governo. Chama a atenção, no mesmo estudo, que a maioria dos outros países pesquisados tem visto seu mercado editorial encolher nos últimos anos, como ocorre no Brasil, quando o faturamento é corrigido pela inflação. A queda tem sido menos

acentuada em mercados mais consolidados, como o norte-americano, o alemão e o britânico, mas é dramática em mercados europeus secundários, como o espanhol, o italiano e o polonês. A China é uma exceção, pois as taxas de crescimento de seu mercado editorial têm sido constantemente elevadas, com o faturamento total, já ajustado pela inflação, tendo aumentado cerca de 45% entre 2008 e 2015 (WISCHENBART, 2017).

Os dados disponíveis indicam que o mercado editorial brasileiro pode estar estabilizado em um patamar abaixo do desejável. Efeitos da crise econômica doméstica recente à parte, a variação do faturamento no Brasil tem exibido comportamento similar ao das indústrias editoriais dos EUA e dos principais mercados europeus. Por outro lado, entende-se que, para um país em 16º lugar quanto ao faturamento de seu mercado editorial per capita, o ideal seria que uma possível consolidação ocorresse em um patamar superior. Atualmente, o valor de mercado per capita do mercado editorial brasileiro é pelo menos três vezes menor que o do mercado editorial turco, e menos da metade do polonês. O mercado norte-americano, que apresentou variações similares às do mercado brasileiro na última década, tem valor per capita mais de dez vezes superior (WISCHENBART, 2017).

O mercado brasileiro, apesar da grande relevância que os livros didáticos têm em seu faturamento global, é composto por centenas de empresas que ofertam livros em variadas linhas editoriais. Atualmente, há cerca de 400 editoras associadas ao Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL) e uma quantidade pouco superior de associadas à Câmara Brasileira do Livro (CBL), conforme informações disponíveis nas páginas dessas entidades. Há grande diversidade no porte e nas linhas editoriais seguidas por cada empresa. O SNEL utiliza as seguintes categorias para classificar os diferentes tipos de livros publicados no Brasil: obras gerais, didáticos, religiosos e CTPs (científicos, técnicos e profissionais) (SNEL, 2018).

A estrutura do mercado brasileiro apresenta diferenças claras conforme o público. Há forte concorrência nos subsetores de CTPs, religiosos e obras gerais (que inclui, por exemplo, livros de ficção, não ficção, infantis, *soft business* etc.). Por outro lado, formou-se um cenário mais próximo ao de um oligopólio no setor de livros didáticos, cuja demanda vem em grande parte, cerca de 40%, do setor público, por meio de grandes compras governamentais viabilizadas pelo PNLD (FIPE, 2018).

No caso dos não-didáticos, o mercado tem como características principais, atualmente, uma maior desconcentração e a presença de empresas estrangeiras

entre os principais grupos editoriais. Como a maior parte dos grupos editoriais reconhecidos como líderes no mercado brasileiro não tem capital aberto, é difícil compará-los quanto a seu faturamento. No gráfico 9, as editoras são classificadas conforme o número de títulos que emplacaram entre os mais vendidos no ranking do portal PublishNews, em 2018. Os dados relativos à quantidade de itens vendidos de cada título são fornecidos por livrarias físicas. Entre os dez principais grupos editoriais, segundo esse critério, há quatro empresas com participação de capital estrangeiro: Companhia das Letras, Planeta, HarperCollins Brasil e Leya. Os dez grupos somados foram responsáveis pela publicação de 67% dos títulos mais vendidos em 2018, enquanto outras dezenas de editoras colaboraram para o total de obras listadas pelo PublishNews.

Tabela 12 – Títulos listados entre os 20 livros mais vendidos no Brasil, por grupo editorial (2018)

#	Grupo editorial	Número de títulos listados	%
1	Sextante	72	13,71%
2	Ciranda Cultural	48	9,14%
3	Gente	46	8,76%
4	Intrínseca	43	8,19%
5	Companhia das Letras	40	7,62%
6	Planeta	35	6,67%
7	Record	25	4,76%
8	Leya	15	2,86%
9	Alto Astral	14	2,67%
10	HarperCollins Brasil	14	2,67%
	Outros grupos editoriais	173	32,95%
	Total	525	100,00%

Fonte: Elaboração do autor com dados de PublishNews (2018).

No caso dos didáticos, o perfil de oligopólio pode ser evidenciado pela grande parcela de recursos que uma pequena quantidade de editoras recebeu, em 2019, do Governo Federal, por meio do PNL D. Em conjunto, o grupo Somos Educação, que reúne operações das editoras Ática, Scipione e Saraiva, e a Moderna foram agraciados com 56,1% dos recursos totais. Somando a esses a FTD, de propriedade dos Irmãos Maristas, a SM, da Companhia de Maria, e a Editora do Brasil, são apenas cinco grupos editoriais que, juntos, receberam 86,1% da verba destinada pelo Governo Federal à compra de livros didáticos, por meio do PNL D 2019 (BRASIL, 2019a).

Tabela 13 – Volume de recursos do PNLD, por grupo editorial (2019)

#	Grupo editorial	Volume de vendas	%
1	Somos Educação (Ática, Scipione, Saraiva)	R\$ 373.371.081,53	33,88%
2	Moderna	R\$ 245.474.157,13	22,27%
3	FTD (Irmãos Maristas)	R\$ 143.397.824,93	13,01%
4	SM (Companhia de Maria)	R\$ 114.721.621,41	10,41%
5	Editora do Brasil	R\$ 72.238.911,16	6,56%
	Outros grupos editoriais	R\$ 152.822.056,01	13,87%
	Total	R\$ 1.102.025.652,17	100,00%

Fonte: Elaboração do autor com dados de Brasil (2019a).

A importância das compras governamentais para o segmento de livros didáticos no Brasil reflete na posição que dois dos principais grupos editoriais desse setor lograram alcançar a nível mundial. Enquanto o Somos Educação está no 32º lugar entre os maiores grupos editoriais do mundo, com faturamento de €347m, em 2017, a Editora FTD fica na 49ª posição, com €165m (FLEISCHHACKER, 2018). Apesar disso, nenhuma das empresas figura entre as 500 maiores do Brasil em faturamento (REVISTA EXAME, 2018), o que indica o peso relativamente modesto que o mercado editorial tem na economia brasileira.

O histórico recente do mercado editorial brasileiro mostra uma queda do faturamento, em termos reais, entre 2006 e 2018. A queda foi mais acentuada a partir de 2015, devido à crise econômica doméstica. O desempenho variou, no entanto, conforme o segmento editorial, no período (FIPE, 2019).

Tabela 14 – Faturamento real e total de exemplares vendidos (2006-2018)

Ano	Exemplares vendidos (milhões)	Faturamento (milhões de R\$)
2006	318,56	6.788,74
2007	338,09	6.818,81
2008	342,65	7.028,53
2009	387,14	7.044,93
2010	437,94	7.191,80
2011	469,46	7.249,73
2012	434,92	7.058,08
2013	479,95	7.165,34
2014	435,69	6.795,38
2015	389,29	5.939,15
2016	383,41	5.628,89
2017	354,93	5.360,82
2018	352,02	5.119,45

Fonte: Elaboração do autor com dados de FIPE (2019).

A categoria de obras gerais, que abrange diversas categorias de livros adultos e infantis não inclusas nos demais três segmentos, foi a que mais contribuiu para a deterioração do desempenho do setor nos últimos anos, com seu faturamento caindo quase pela metade (-48%), entre 2006 e 2018, a preços constantes. CTPs vêm em seguida, com queda de 36% no mesmo período. Houve, por outro lado, menor variação do faturamento no segmento de livros didáticos (-8%), graças às compras governamentais, mesmo com os cortes de verbas ocorridos durante a crise – e em parte repostos em 2018. Por último, destaca-se a resistência do segmento de livros religiosos, cuja queda no faturamento, entre 2006 e 2018, foi de apenas 3%. (FIPE, 2019).

Tabela 15 – Variação real do faturamento por segmento (2006-2018)

Segmento	Demanda	2006-2018	2014-2018	2017-2018
Didáticos	Mercado	-23	-25	-9
	Total	-8	-13	3
Obras gerais	Mercado	-45	-26	-7
	Total	-48	-32	-10
Religiosos	Mercado	-4	-20	-3
	Total	-4	-20	-3
CTP	Mercado	-36	-45	-20
	Total	-36	-46	-21
Total do setor	Mercado	-31	-30	-10
	Total	-25	-25	-5

Fonte: Elaboração do autor com dados de FIPE (2019).

O desempenho do segmento de obras gerais é o que reflete melhor o impacto de variações na renda das famílias, com seu consumo apresentando maior elasticidade-renda que nos demais segmentos. Livros didáticos (incluindo aqueles vendidos ao mercado) e CTPs têm demanda mais rígida, pois muitos de seus títulos são incluídos em leituras obrigatórias de escolas e universidades, além de contarem com a demanda do governo (no caso dos didáticos). Situação similar ocorre com as obras religiosas, muitas delas essenciais para a atividade religiosa e comercializadas de forma direcionada em igrejas ou templos.

O histórico recente do faturamento real do setor, por segmento (Tabela 16), indica que ocorreu uma queda significativa no desempenho do setor de obras gerais entre 2009 e 2011, muito maior que a variação nos demais segmentos. Esse recorte evidencia o quanto variam as características do comportamento da demanda conforme o segmento analisado. Nesse período específico, a queda mais drástica no

faturamento do segmento de obras gerais pode ter relação com a variação da taxa de inflação nesse período, que impactou a renda das famílias. Os demais segmentos, em conjunto, permaneceram com seu faturamento relativamente estável, de 2009 a 2014. A partir de 2014, no entanto, houve uma “tempestade perfeita”. Em meio à crise econômica, o real passou a sofrer forte desvalorização frente ao dólar e a inflação chegou a 10,67%, em 2015. Ao contrário do que ocorrera após a crise de 2008, o aumento da inflação foi acompanhado de ampliação do desemprego. Como resultado, a crise atingiu todo o mercado editorial, inclusive de forma mais acentuada no segmento de CTPs do que no de obras gerais, como demonstrado na Tabela 15.

Tabela 16 – Consumo privado e conjuntura econômica (2006-2018)

Ano	Faturamento – Obras Gerais (milhões R\$)	Faturamento – Demais segmentos (milhões R\$)	Taxa de câmbio nominal venda – Fim do período (US\$/R\$)	Inflação acumulada no ano (IPCA)	Taxa de desemprego – Fim do período
2009	1.795,94	3.699,66	1,74	4,31%	6,8%
2010	1.622,12	3.721,82	1,67	5,91%	6,6%
2011	1.354,44	3.814,85	1,88	6,50%	4,7%
2012	1.379,86	3.814,87	2,04	5,84%	6,9%
2013	1.411,56	3.782,54	2,34	5,91%	6,2%
2014	1.386,72	3.852,14	2,66	6,41%	6,5%
2015	1.221,63	3.323,14	3,90	10,67%	8,9%
2016	1.093,28	3.042,97	3,26	6,29%	12,0%
2017	1.094,75	3.004,49	3,31	2,95%	11,8%
2018	1.020,69	2.666,24	3,87	3,75%	11,6%

Fonte: Elaboração do autor com dados de FIPE (2019), IBGE e Banco Central do Brasil.

Entre 2006 e 2018 (Tabela 17), a participação do segmento de obras gerais encolheu de 30,51% para 21,18% do faturamento total do mercado editorial, enquanto o segmento de didáticos aumentou sua participação de 43,80% para 53,46%. O faturamento de livros religiosos, mesmo encolhendo no período, aumentou ligeiramente sua participação em relação ao total. O segmento CTP diminuiu pouco sua representatividade. De forma geral, os resultados de cada segmento, quando avaliadas as suas participações, refletem a crise no segmento de obras gerais, que tem grande impacto sobre o desempenho geral do setor editorial. Entre 2006 e 2013, a queda do faturamento, nesse segmento, era acompanhada de aumento das tiragens e diminuição do preço médio do livro para o consumo das

famílias – ou seja, excetuando-se a demanda governamental. Entre 2013 e 2018, o preço médio pouco variou e as tiragens despencaram (FIPE, 2019).

Em geral, os números do setor divulgados pela FIPE (2019) indicam que, até 2014, o mercado editorial brasileiro apresentava certa estabilidade em seu faturamento real, diminuição no preço médio do livro e uma possível queda na margem de lucro das editoras. No entanto, mesmo que se considere que a conjuntura econômica dos últimos cinco anos tenha sido o principal fator de crise no setor, deve-se atentar para a influência que as compras governamentais vêm tendo, há bastante tempo, sobre o resultado global (Tabela 17).

Tabela 17 – Faturamento do setor por canal e por segmento (2006-2018)

Ano	Didáticos	Obras gerais	Religiosos	CTP	Mercado	Governo
2006	43,80%	30,71%	8,65%	16,84%	78,98%	21,02%
2007	46,94%	27,64%	9,37%	16,06%	80,10%	19,90%
2008	45,51%	27,66%	10,14%	16,69%	78,19%	21,81%
2009	43,09%	29,93%	9,66%	17,32%	78,01%	21,99%
2010	46,65%	25,92%	11,02%	16,41%	74,31%	25,69%
2011	49,28%	21,91%	10,00%	18,81%	71,30%	28,70%
2012	48,22%	23,37%	9,19%	19,21%	73,60%	26,40%
2013	47,80%	23,48%	9,79%	18,93%	72,49%	27,51%
2014	46,07%	23,58%	10,35%	20,01%	77,09%	22,91%
2015	48,64%	21,88%	10,69%	18,79%	76,52%	23,48%
2016	52,48%	20,68%	10,14%	16,71%	73,48%	26,52%
2017	49,36%	22,53%	10,82%	17,30%	76,47%	23,53%
2018	53,46%	21,18%	11,02%	14,34%	72,02%	27,98%

Fonte: FIPE, 2018.

Ressalvada sua importância enquanto política pública, o crescimento da participação do governo na demanda por livros é mais um sintoma da fragilidade da atividade editorial no Brasil. Isso fica mais evidente nos momentos em que a conjuntura econômica leva a cortes no orçamento federal, como ocorreu com o aperto fiscal a partir de 2014. Nesse caso, a queda na demanda por livros veio antes por parte do governo, com uma diminuição de 20,97% no faturamento, entre 2013 e 2014. O consumo privado, que havia crescido 8,62% no mesmo período, acabou sendo tragado um ano depois. Entre 2014 e 2015, encolheu 13,25%, mantendo a trajetória de queda nos anos posteriores (FIPE, 2019).

As compras governamentais compreendem principalmente livros didáticos, o que propicia outra discussão a respeito da sustentabilidade do mercado editorial

brasileiro, dada a estrutura atual de demanda interna, a longo prazo. Nos últimos anos, conforme indicado na Tabela 18, têm caído as matrículas no ensino básico. Entre 2009 e 2018, a queda no número de alunos foi de 7,74%. Conforme a tendência de queda na taxa de natalidade no Brasil, e não se alterando de forma significativa a taxa de aprovação, a demanda por livros didáticos tende a cair mais nos próximos anos.

Tabela 18 – Matrículas no sistema de ensino brasileiro (2009-2018)

Ano	Matrículas no ensino superior	Variação em %	Matrículas no ensino básico	Variação em %
2009	5.985.873	-	52.580.452	-
2010	6.407.733	7,05%	51.549.889	-1,96%
2011	6.765.540	5,58%	50.972.619	-1,12%
2012	7.058.084	4,32%	50.545.050	-0,84%
2013	7.322.964	3,75%	50.042.448	-0,99%
2014	7.839.765	7,06%	49.771.371	-0,54%
2015	8.033.574	2,47%	48.796.512	-1,96%
2016	8.052.254	0,23%	48.817.479	0,04%
2017	8.290.911	2,96%	48.608.093	-0,43%
2018	Não divulgado	-	48.455.867	-0,31%

Fonte: Elaboração do autor com dados de Brasil (2014); Brasil (2018); Brasil (2019b).

A queda no número de alunos tem efeito não apenas sobre o volume de compras efetuadas pelo governo, mas também sobre o consumo privado. A desaceleração da expansão das matrículas no ensino superior, nos últimos anos, por exemplo, foi possivelmente uma razão a mais para que despencasse o faturamento do segmento de CTP no mesmo período. Como os didáticos têm importância muito maior no faturamento global do setor e o cenário já é de diminuição na quantidade de alunos, dificilmente o mercado editorial brasileiro sobreviverá por muito tempo com a mesma configuração.

5.2 O PERFIL DO CONSUMIDOR DE LIVROS NO BRASIL

O preço é um elemento que com grande influência sobre a formação da demanda por um produto, incluindo o livro. Por não ser considerado um item de primeira necessidade, ao contrário, por exemplo, de produtos alimentícios e serviços de transporte e habitação, o acesso ao livro fica limitado, no Brasil, um país de renda média baixa, a uma fatia reduzida da população.

Para compreender melhor esse problema, criou-se, nesta pesquisa, um indicador que fornece o peso relativo da compra de um livro em determinados países, levando em conta o PIB Per Capita local. A inspiração foi o Índice Big Mac, criado pela revista *The Economist* em 1986, pelo qual os preços de um produto considerado uniforme e à venda em diferentes países são convertidos para uma mesma moeda, para fins de comparação de poder de compra e análise de taxas de câmbio. Para o levantamento, foram escolhidos dez países: os sete maiores mercados editoriais do mundo (WISCHENBART, 2017) complementados por três países latinos selecionados: Brasil, Argentina e México.

Para este exercício, foi escolhido um livro que estivesse à venda nos países pesquisados e que tivesse atratividade comercial a nível mundial. Além disso, o livro deveria ter seu preço de mercado coletado imediatamente após seu lançamento, para diminuir a influência de eventuais promoções e reimpressões. Após testes com os lançamentos mais recentes de autores como Ken Follett e Yuval Harari, o livro escolhido foi *Origem*, de Dan Brown, por ter sido o que melhor atendia às condições do modelo. Como há países em que o mesmo livro é lançado em mais de uma versão (por exemplo, capa normal, capa dura e digital), optou-se sempre pela versão padrão, com capa normal. O preço de capa do livro foi consultado na versão local da loja online Amazon de cada país. A exceção foi o preço na Argentina, onde a Amazon não opera. No entanto, como o país opera com tabelamento de preços no mercado livreiro, a informação pôde ser consultada em outras redes locais, sem prejuízos à consistência dos dados utilizados. As informações sobre o PIB per capita de cada país, com paridade de poder de compra (PPC), foram extraídas do World Factbook e são relativas a 2017. As cotações utilizadas para a conversão em dólar foram consultadas no Google Finance, em 14 de novembro de 2018, quando os demais dados necessários a este levantamento também foram consultados.

Tabela 19 – PIB per capita (PPC) e índice “Dan Brown” (IDB) por país

País	PIB Per Capita (PPC) mensal (US\$)	IDB (US\$)	% PIB Per Capita (PPC) mensal	Faturamento do setor editorial per capita (EUR)
Alemanha	4.200	13,58	0,32%	117
Estados Unidos	4.958	9,99	0,20%	109
Reino Unido	3.675	10,38	0,28%	94
França	3.650	8,89	0,24%	59
Japão	3.567	27,68	0,78%	45
China	1.392	1,88	0,13%	15
Argentina	1.742	19,51	1,12%	11
Brasil	1.300	12,95	1,00%	9
México	1.658	17,07	1,03%	6
Índia	600	5,53	0,92%	3

Fonte: Elaboração do autor com dados de Amazon.cn, Amazon.co.uk, Amazon.com, Amazon.com.br, Amazon.com.mx, Amazon.de, Amazon.fr, Amazon.in, Amazon.jp, Planetadelibros.com, Wischenbart (2017) e World Factbook (2017).

Os dados disponíveis demonstram que o faturamento per capita do setor editorial de cada país pesquisado não está relacionado diretamente ao preço do livro no mercado doméstico. Do ponto de vista meramente econômico, destaca-se a relação com o PIB per capita, que pode ser analisada isoladamente ou levando em conta, também, o preço do livro. O livro utilizado como referência nesta pesquisa é U\$0,63 mais caro na Alemanha do que no Brasil, mas o PIB per capita alemão é 323,1% mais elevado que o brasileiro. Daí depreende-se que o preço do livro, dividido pelo PIB per capita mensal local, é cerca de três vezes menor na Alemanha do que no Brasil. Ao mesmo tempo, o faturamento per capita do setor editorial alemão é 13 vezes maior que o do brasileiro.

Fatores econômicos não são os únicos a explicar a demanda por livros, no entanto, como demonstram os diferentes desempenhos de cada segmento do mercado brasileiro nos últimos anos e o fato de que um país como a Alemanha, por exemplo, tenha faturamento per capita superior ao norte-americano, mesmo com PIB per capita menor e preços internos mais elevados que os norte-americanos. Aspectos sociais e culturais ajudam a explicar o comportamento da demanda, alguns deles já tratados ao longo deste trabalho, nos capítulos anteriores.

A 4ª edição da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil, realizada pelo Ibope sob encomenda do Instituto Pró-Livro, em 2016, traz mais dados relevantes para um bom entendimento do mercado consumidor de livros no Brasil atualmente.

Segundo a pesquisa, em 2014, 57% da população brasileira não havia completado o Ensino Médio e 9% não sabia ler. Mesmo que o número absoluto e o percentual de brasileiros com Ensino Superior tenham aumentado nesse período, fruto da nova expansão no acesso ocorrida a partir da virada do século XX para o século XXI, a escolaridade ainda pode ser considerada baixa no país (IBOPE, 2016).

Entre os entrevistados, 56% declarou ter lido pelo menos um livro, de qualquer tipo, inteiro ou em partes, no período de três meses antes da entrevista, critério utilizado pelos pesquisadores para caracterizar um indivíduo como leitor (Tabela 20). A frequência varia conforme o segmento editorial, sendo menor para livros de literatura, do que para livros didáticos ou de outros tipos. Como a base utilizada na pesquisa são apenas as pessoas que alegam saber ler e escrever, a proporção de leitores na sociedade brasileira como um todo tende a ser menor (IBOPE, 2016).

Tabela 20 – Frequência de leitura por tipo de material (%)

Tipo de material	Todos os dias ou quase todos os dias	Pelo menos uma vez por semana	Pelo menos uma vez por mês	Menos de uma vez por mês	Não lê
Jornais	17	18	10	9	46
Revistas	7	18	16	13	46
Livros em geral de outros tipos	10	13	16	13	49
Livros de literatura por vontade própria	9	10	13	13	54
Livros didáticos indicados pela escola	12	15	9	9	55
Textos escolares	18	14	6	6	56
Gibis	9	12	12	11	56
Textos de trabalho	14	12	8	6	59
Livros de literatura indicados pela escola	5	11	9	10	65
Livros de trabalho ou técnicos	7	9	9	9	66
Áudio-livro	2	3	3	4	88
Livros em braile	1	1	1	3	94

Fonte: Elaboração do autor com dados de Ibope (2016).

Além do nível de escolaridade, outros aspectos demográficos influenciam o desenvolvimento do hábito da leitura e as preferências do indivíduo quanto ao conteúdo que costuma consumir. Conforme o estudo do Ibope, o fato de pessoas mais velhas lerem mais, no Brasil, parece ter forte relação com a maior religiosidade em idades mais avançadas. A parcela de entrevistados que diz ter, como principal

motivação para ler um livro, o gosto pessoal ou a busca por distração, é maior na infância, diminui nos primeiros anos da vida adulta e só volta a crescer na faixa entre 40 e 49 anos (Tabela 21).

A maior relevância que fatores como a exigência escolar ou da faculdade e a busca pessoal por atualização, conhecimento e crescimento geral, após os 13 anos de idade, indica que, a partir da adolescência, os brasileiros passam a perceber o livro menos como um meio de lazer e mais como um instrumento para determinados objetivos pessoais a concretizar após a sua leitura, sejam esses objetivos claramente definidos (ser aprovado em uma disciplina, obter uma promoção no trabalho) ou mais subjetivos (compreender melhor determinados assuntos, tornar-se uma pessoa melhor etc.). Com a vida adulta, o livro perde valor como produto voltado ao lazer, passando a ser associado a esforços de escolarização e profissionalização, ao mesmo tempo em que passa a concorrer de forma mais direta com outros meios de acesso à informação, como a televisão e a internet.

Tabela 21 – Principal motivação para ler um livro (%)

Faixa etária	Gosto/distração	Atualização/conhecimento/crescimento pessoal	Atualização/exigência do trabalho	Exigência da escola ou faculdade	Religião	Não sabe/não respondeu
5 a 10	50	13	1	22	3	11
11 a 13	58	19	3	12	3	4
14 a 17	48	24	3	14	1	9
18 a 24	38	34	9	8	4	6
25 a 29	37	33	13	3	9	4
30 a 39	29	41	9	3	13	5
40 a 49	34	35	8	2	16	4
50 a 69	35	29	6	0	25	5
70 e mais	44	26	0	0	25	4
Total	40	29	7	7	11	5

Fonte: Elaboração do autor com dados de Ibope (2016).

Os três principais motivos alegados, pelos entrevistados classificados como leitores, para justificar o fato de que leem menos livros do que poderiam, são a falta de tempo (43%, muito à frente dos demais), a preferência por outras atividades (9%) e a falta de paciência para ler (9%). Ao que tudo indica, ao dar essa justificativa, os indivíduos que reclamam de falta de tempo para a leitura de livros referem-se ao tempo ocupado com as obrigações cotidianas, como o trabalho, os estudos ou

atividades domésticas, uma vez que o tempo disponível para o lazer é direcionado, preferencialmente, para outras atividades (IBOPE, 2016).

A leitura de livros é apenas a 9ª atividade preferida dos entrevistados considerados leitores, em seu tempo livre, sendo praticada por 37% dos indivíduos nessa categoria – e por 24% de todos os entrevistados, incluindo não leitores. Assistir a programas de televisão é a atividade de lazer preferida entre leitores, praticada por 73% dos entrevistados nesse grupo – mesmo patamar dos entrevistados não leitores. Entre as atividades que envolvem leitura, a mais praticada como lazer é o uso da internet, que fica em terceiro lugar entre os entrevistados leitores, com 60% (Tabela 22).

Tabela 22 – Atividades praticadas no tempo livre (%)

Atividade	Leitor	Não leitor
Assistir à televisão	73	73
Escutar música ou rádio	66	53
Usar a internet	60	32
Reunir-se com amigos ou família ou sair com amigos	52	37
Assistir a vídeos ou filmes em casa	52	33
Usar WhatsApp	53	30
Escrever	54	23
Usar Facebook, Twitter ou Instagram	44	24
Ler jornais, revistas ou notícias	32	14
Ler livros em papel ou livros digitais	37	7
Praticar esportes	30	16
Passear em parques e praças	28	17
Desenhar, pintar, fazer artesanato ou trabalhos manuais	19	11
Ir a bares, restaurantes ou shows	15	12
Jogar games ou videogames	15	9
Ir ao cinema, teatro, concertos, museus ou exposições	9	3
Não fazer nada, descansar ou dormir	17	20

Fonte: Elaboração do autor com dados de Ibope (2016).

A proporção de entrevistados que disse usar a internet em seu tempo livre aumentou de 18% para 47%, entre 2007 e 2015, destacando-se a utilização de redes sociais, como Facebook, Twitter ou Instagram, e a comunicação pelo WhatsApp. No entanto, como demonstra a Tabela 22, há diferenças significativas nas preferências de leitores e não leitores. A única atividade com a mesma proporção nas duas categorias é assistir à televisão. Não leitores mencionam mais, apenas, não fazer nada em seu tempo livre. Leitores mencionam com maior frequência todas as outras atividades. Entre elas, há quatro atividades que envolvem leitura que estão

à frente do consumo de livros. Disso podemos intuir que o principal concorrente para o livro físico, futuramente, não deve ser o *e-book*, mas sim o consumo de conteúdo escrito e disponibilizado nos mais diversos formatos na internet, cujos exemplos hoje são os artigos em *websites*, os *posts* em redes sociais e as correntes de mensagens pelo WhatsApp, entre outros. Apenas 9% dos leitores de livros dizem baixá-los na internet. Entre os usuários de internet, apenas 15% dizem usá-la para ler livros (IBOPE, 2016).

Apesar da concorrência, aumentou de 50% para 56% a proporção de leitores de livros, entre 2011 e 2015, segundo a pesquisa. Um dos desafios do mercado editorial brasileiro é transformar esses leitores em consumidores de livros. Grande parte dos livros lidos é acessada na escola, retirada em bibliotecas ou circula por empréstimo. Apenas 26% de todos os entrevistados afirmaram ter adquirido um livro nos três meses anteriores à pesquisa, e 30% disseram nunca ter comprado um livro (Tabela 23). Mesmo entre os indivíduos considerados leitores, apenas 43% afirmaram ter o hábito de comprar livros em livrarias físicas ou virtuais. O hábito de comprar livros é mais frequente entre as classes mais altas. Entre os entrevistados com renda familiar acima de 10 salários mínimos, 58% afirmou ter comprado pelo menos um livro nos últimos três meses. Nas faixas abaixo de cinco salários mínimos, a incidência de compradores fica sempre abaixo dos 30% (IBOPE, 2016).

Tabela 23 – Compradores de livros por renda familiar (%)

Renda familiar	Comprador	Não comprador
Mais de 10 SM	58	42
De 5 a 10 SM	45	55
De 2 a 5 SM	27	73
De 1 a 2 SM	22	78
Até 1 SM	18	82
Todas as faixas de renda	26	74

Fonte: Elaboração do autor com dados de Ibope (2016).

Em Perfil dos Consumidores de Material de Leitura no Brasil (2016), Beltrão e Duchiate apresentam, descrevem e analisam os resultados de um modelo estatístico que relaciona a probabilidade de aquisição de material de leitura por indivíduos brasileiros a diversas variáveis explicativas, tais como idade, sexo, anos de estudo, condição de estudante, renda doméstica, escolaridade da pessoa de referência e área geográfica. Os dados utilizados foram extraídos da Pesquisa de Orçamento Familiar 2008-2009, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

(IBGE). Foram incluídas como variáveis dependentes: material impresso em geral, jornais, revistas, livros não didáticos e uma categoria que considera apenas itens adquiridos (as outras contemplam doações e empréstimos).

Segundo o estudo, considerando apenas a compra de livros, as mulheres apresentam maior disposição de consumo que os homens, até os 60 anos, ao passo que a relação se inverte quando se mensura o hábito de comprar jornais. Outro dado importante observado por Beltrão e Duchiaide (2016) é a importância que o acesso aos canais de comercialização de livros tem para uma maior propensão dos indivíduos a consumi-los. Uma relação óbvia como essa merece destaque, principalmente, porque, nos últimos anos, houve uma queda na quantidade de livrarias físicas per capita, no Brasil. Entre 1999 e 2014, caiu de 35,5% para 27,4% o número de municípios brasileiros com livrarias (IBGE, 2015).

A principal conclusão das pesquisadoras, no entanto, é de que há uma forte relação entre a quantidade de anos de estudo e a probabilidade de aquisição de livros. De acordo com a regressão executada pelas autoras, “anos de estudo” é a covariável com maior poder explicativo para a probabilidade de aquisição de livros não didáticos (29,8%), superando covariáveis relacionadas à renda. Destaca-se o elevado incremento no potencial de consumo de “material de leitura” entre os indivíduos com um ano ou mais de curso superior (BELTRÃO & DUCHIAIDE, 2016). Essa conclusão se soma às relações evidenciadas nos resultados da pesquisa realizada pelo Ibope (2016), em que se destaca a maior incidência de leitores entre indivíduos com maior escolaridade.

De forma geral, o brasileiro lia mais livros, em média, em 2015, que no início do século. Tendo como base o número total de entrevistados, o número de livros lidos, anualmente e por vontade própria (ou seja, descontando-se, por exemplo, a leitura de livros acadêmicas), chegou a 2,9, em 2015, contra apenas 1,8 em 2000. A grande incidência de leitura da Bíblia (hábito declarado por 42% dos entrevistados), bem como de outros livros religiosos (22% do total), em todas as faixas etárias acima dos 18 anos, bem como o forte crescimento de ambas as categorias nos gostos dos entrevistados, entre 2011 e 2015, indicam que boa parte do aumento na quantidade de livros lidos anualmente pelos brasileiros reflete o crescimento da importância das religiões pentecostais e/ou evangélicas no Brasil. Isso ajuda a explicar o impacto modesto que esse aumento parece ter tido no faturamento do mercado editorial neste século, visto que muitos desses livros, principalmente

edições da bíblia, não geram consumo recorrente como o de outros tipos de livros (PAULANI, 2016).

Levando em conta todos os tipos de livro, pessoas com mais de 12 anos de idade e um período de 12 meses antes da realização da pesquisa do Ibope (2016), a média de livros lidos no Brasil é de 4,7 por habitante, pouco abaixo do Chile (5,1) e bem acima de Colômbia (1,9) e México (1,7) (HOYOS & SALINAS, 2016). No entanto, uma análise mais atenta, considerando os diferentes hábitos de leitura e de consumo de livros, indica que esses números podem não expressar de forma proporcional as condições em que o mercado editorial de cada país opera.

Em primeiro lugar, devemos ter em conta os diferentes métodos de pesquisa utilizados. Na pesquisa brasileira, por exemplo, a pergunta feita deixa claro que o entrevistado pode considerar, em sua conta de livros lidos, tanto livros que leu por inteiro quanto aqueles que não terminou, o que não ocorre nas demais pesquisas usadas para comparação, de Chile, Colômbia e México. Em segundo lugar, a incidência da leitura de livros religiosos, principalmente a Bíblia, entre as respostas dos entrevistados, indica que essa diferença metodológica pode levar a sérias distorções nas comparações, visto que esse tipo de livro normalmente é lido aos poucos, tem vida útil prolongada e costuma ser compartilhado, gerando demanda relativamente menor que a de outras categorias. Por último, a taxa de leitura de 4,7 livros por habitante, apesar de desconsiderar entrevistados com menos de 12 anos de idade, leva em conta leituras que não são realizadas por iniciativa própria, em que pesam principalmente livros didáticos e acadêmicos. Desta forma, apesar de esse fator tender a diminuir também o patamar de leitura dos países que servem como base de comparação, o fato é que não temos, nesse estudo mais recente, um nível de detalhamento que possibilite comparar o interesse real, em cada um dos países, pela leitura, nem o impacto que é capaz de gerar sobre a atividade editorial local.

Estudos realizados sobre bases de dados mais antigas indicam uma distância grande entre o consumo de livros por vontade própria no Brasil e em outros países. Em meados da década de 2000, esse índice era de 7,0 na França, 5,1 nos Estados Unidos, 4,9 no Reino Unido, 2,4 na Colômbia e 1,3 no Brasil. Ou seja, mesmo com um salto para 2,9, em 2015, o Brasil seguia longe dos números registrados, muitos anos antes, em países com mercados editoriais mais desenvolvidos (PAULANI, 2016).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fraco desempenho do mercado editorial no Brasil, nos últimos anos, tem suscitado diversas discussões sobre possíveis causas desse fenômeno, bem como em relação aos possíveis efeitos econômicos e culturais que pode legar ao país.

Historicamente, a relativa pouca relevância que o setor editorial brasileiro teve, a nível mundial, se considerarmos sua vasta população, tem sido relacionada ao baixo interesse pela leitura no Brasil, em comparação com países mais desenvolvidos. Parte disso pode ser creditada a nosso legado português, que se expressou em uma tradição de pouca valorização da leitura e da difusão do conhecimento, desde antes da colonização do Brasil, e na implementação de um arcabouço institucional que refletiu essa visão de mundo em terras brasileiras, de que são exemplos a inexistência de universidades e a proibição da atividade de imprensa no período colonial.

No entanto, por muito tempo após a independência de Portugal, o Brasil seguiu sendo um país de iletrados e manteve sua economia baseada quase que inteiramente à exportação de agrícolas. Nessas condições, em que faltavam leitores e não se apresentavam oportunidades para o empreendimento capitalista moderno, a atividade editorial ocorreu de forma irregular, em grande parte ocupada por prepostos de casas editoriais estrangeiras ou preenchida, quando surgiam estímulos pontuais, por iniciativas de empresários pioneiros.

As condições só se alterariam de forma mais contundente com a industrialização ocorrida a partir do século XX, impulsionada pelo dinheiro do café, por estímulos econômicos externos favoráveis e, finalmente, por medidas estatais. A crescente urbanização, a formação de um mercado interno mais robusto e a valorização e popularização do acesso ao ensino, na primeira metade do século XX, impulsionaram a demanda por livros, fazendo surgir os primeiros empreendimentos modernos no setor editorial brasileiro. Nessa época, surgiram nomes como o de Monteiro Lobato, que ajudou a profissionalizar o setor e foi responsável por empreendimentos que nacionalizaram a atividade pela primeira vez.

O difícil ambiente econômico externo, após a 2ª Guerra Mundial, acentuou gargalos no setor editorial, notadamente no lado da oferta, com destaque para as dificuldades para a importação de insumos (principalmente, papel) e maquinário, além da volta da concorrência estrangeira em um momento de desvalorização

cambial acentuada. Ao mesmo tempo, o país não superara seu atraso no campo educacional, constituindo-se ainda por um imenso contingente de analfabetos. Em meados do século, para superar as difíceis condições que se impunham, foi essencial a atuação de empresários como Ênio Silveira, que liderou uma mobilização setorial inédita, abriu canais de diálogo com o poder público e trouxe inovações para o mercado brasileiro.

O mercado editorial nacional viveu seu auge nos anos 1970, durante a Ditadura Militar, baseando-se nas condições econômicas favoráveis, em inovações que o setor já vinha implementando desde a década anterior e que foram aceleradas com a abertura para o capital externo, nos investimentos realizados no sistema público de ensino, com destaque para o Ensino Superior, e na revolução cultural que tomou conta do Ocidente. No entanto, os choques do petróleo, ocorridos da década de 1970, levaram à desaceleração do crescimento brasileiro e à crise externa na década seguinte, levando o país a um longo período de instabilidade, que se refletiu no setor editorial.

A estabilização econômica ocorrida a partir dos anos 1990, com o Plano Real, fez com o que as editoras voltassem a operar com maior previsibilidade, beneficiadas pela recuperação do poder aquisitivo da população e pelos programas governamentais de compra de livros didáticos, com destaque para o PNLD. Após um período de nova turbulência econômica, impulsionada por crises de divisas, na virada para o século XXI, o setor voltou a experimentar um período de estabilidade. Apesar disso, nota-se uma lenta, mas persistente queda no faturamento real do setor, que tem acentuado a dependência de grande parte das editoras em relação a compras do governo e que deixa o mercado mais vulnerável em períodos de turbulência econômica, como o ocorrido recentemente.

A análise da trajetória do mercado editorial brasileiro ajuda a explicar as dificuldades enfrentadas hoje pelo setor. Em larga medida, as empresas que operam aqui modernizaram-se, operando de forma análoga à dos maiores grupos editoriais do mundo. Muitas delas, aliás, são constituídas por capital estrangeiro. Os custos de produção e os preços praticados no Brasil não diferem muito dos de países desenvolvidos, como Reino Unido e Alemanha. No entanto, a margem que as editoras brasileiras têm conseguido colocar em seus livros cai ano a ano, no mesmo sentido que seu faturamento real. Por que isso ocorre?

É preciso destacar que o comportamento do faturamento do mercado editorial brasileiro, nos últimos anos, é similar ao observado em países desenvolvidos. Segundo Wischenbart (2017), os mercados editoriais de países como EUA, Reino Unido, Alemanha, França e Japão encolheram a taxas entre 10% e 20%, entre 2008 e 2016. O mesmo ocorreu em outros países abordados no mesmo estudo, como Rússia, México e Espanha, com quedas ainda mais bruscas. A única exceção, com taxa de crescimento próxima a 50% no mesmo período, é a China.

No Brasil, o faturamento real caiu 25%, entre 2006 e 2018, sendo que essa queda ocorreu principalmente a partir de 2014, com a crise econômica doméstica (o setor encolheu 17,2% em apenas dois anos, entre 2014 e 2016). Mesmo levando em conta o importante papel das compras realizadas pelo governo (28% do faturamento total do setor, em 2018, contra 21%, em 2006), se conferirmos certo grau de excepcionalidade à crise brasileira recente, os números indicam que o mercado editorial brasileiro tem resistido relativamente bem, comparado a outros mercados, a uma longa crise do setor a nível mundial (FIPE, 2018).

Por outro lado, não se pode sonegar da análise que o mercado editorial brasileiro ainda é pequeno, no que diz respeito a seu faturamento per capita. Como demonstrado ao longo deste trabalho, o brasileiro ainda lê e compra poucos livros, principalmente quando comparado a países desenvolvidos, mas também na comparação com outros países em desenvolvimento, cujo exemplo mais conhecido é o da Argentina. Por isso, não se pode comemorar a possibilidade de que nosso mercado seja apenas mais uma vítima de uma tendência mundial de queda no consumo de livros. Antes, é preciso questionar por que nosso mercado atingiu um teto tão baixo, quanto a seu faturamento per capita, e se há forma de reverter a tendência de queda nesse índice, visto que a população também segue crescendo.

Em relação ao primeiro questionamento, entende-se que a demanda parece limitada por uma tradição de pouca valorização do hábito da leitura, por índices historicamente baixos de alfabetização/escolaridade e por restrições de renda que impedem um acesso maior, por grande parte da população, ao consumo de produtos que não sejam considerados de primeira necessidade. Além disso, a demanda por livros tem sido impactada por mudanças nos hábitos da população mundial, nas últimas duas décadas, provocadas pela popularização da internet, com que o livro passou a competir com novas formas de entretenimento, acesso à informação e, também, de leitura.

Pelo lado da oferta, a possibilidade de as editoras brasileiras venderem livros a preços mais baixos parece inibida pelos custos de produção, cada vez mais próximos daqueles praticados em mercados mais desenvolvidos, a taxas de câmbio recentes. A baixa demanda que acompanha a maior parte dos títulos publicados no Brasil faz com que as editoras trabalhem com tiragens pequenas, o que limita os ganhos de escala na produção. Desta forma, entra-se em um círculo vicioso de baixas tiragens, preços altos e demanda baixa. Como resultado, o mercado brasileiro fica em grande parte limitado a vendas para o governo e a uma parcela da população privilegiada dos pontos de vista econômico e educacional.

As possibilidades de reverter o quadro de encolhimento do setor são limitadas, atualmente, pela lenta recuperação do poder aquisitivo da população brasileira, após a crise econômica recente, e pela previsão de compras pouco expressivas por parte do Governo Federal, devido à situação fiscal, nos próximos anos. A tendência é que os hábitos de leitura dos brasileiros continuem a mudar nos próximos anos, com grande parte da população ainda se conectando à internet, principalmente por meio de smartphones.

Apesar disso, o cenário brasileiro não é o mesmo observado em países de maior poder aquisitivo e com mercado editorial e hábitos de leitura mais consolidados, tais como EUA, França e Japão. A queda mais brusca no faturamento do mercado editorial, no Brasil, nos últimos anos, foi fortemente influenciada pela conjuntura econômica. Em países onde esse mercado está mais amadurecido, a revolução digital parece ter impactado mais fortemente o seu desempenho. O Brasil ainda tem um déficit educacional grande, parcialmente mitigado pelo maior acesso da população, nas últimas décadas, em todos os níveis de ensino. Esse é um fator que pode ter contribuído para minimizar os efeitos das mudanças culturais nos modos de consumo de informação, conhecimento e lazer desde a virada do século.

A retomada das condições fiscais para que o governo volte a fazer grandes encomendas de livros, bem como políticas setoriais que diminuam custos da cadeia de produção, são importantes, a curto prazo, para o mercado editorial. No entanto, a longo prazo, as variáveis econômicas mais importantes, para que se expanda o consumo de livros, parecem ser a renda média e a distribuição de renda no Brasil. Políticas de democratização do acesso ao ensino ainda podem contribuir para disseminar hábitos de leitura entre a população e aumentar o interesse pelo consumo de livros. O desafio, agora, é manter ou mesmo expandir as políticas nessa

área, ao mesmo tempo em que se busque sanar questões econômicas graves, que representam barreiras a mais para o consumo de livros por grande parte da população.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Marcelo de Paiva (org.). **A Ordem do Progresso**: dois séculos de política econômica no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.
- ABREU, Márcia; BRAGANÇA, Aníbal (orgs.). **Impresso no Brasil**: dois séculos de livros brasileiros. São Paulo: UNESP, 2010.
- As 500 maiores empresas do Brasil. **Exame**, 2018. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/revista-exame/500-maiores-empresas-2>>. Acesso em: 14 de nov. de 2018.
- AVERBUG, André; GIAMBIAGI, Fabio. **A Crise Brasileira de 1998/1999** - Origens e Consequências. Rio de Janeiro: BNDES, 2000. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/Td/Td-77.pdf>. Acesso em: 12 out. 2018.
- BELTRÃO, Kaizô Iwakami; DUCHIADE, Milena Piraccini. Perfil dos Consumidores de Material de Leitura no Brasil. In: **Cadernos de Pesquisa** v.46 n.162, out/dez 2016, p.914-941.
- BICICGO, Cleber. A Indústria de Livros no Brasil Durante a Ditadura Militar e um Caso Crítico. **Cadernos do CEOM** - Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina – Chapecó/SC, ano 26, n. 39, 2013.
- BOSI, Alfredo. Cultura. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). **História do Brasil Nação (1808-2010)**. vol. 2. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.
- BRAGANÇA, Aníbal. Francisco Alves, uma editora sesquicentenária (1854-2004). IV Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom, XXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. **Anais...** Porto Alegre: Intercom, 2004. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/61925657035303926383058401496669315635.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2018.
- BRAGANÇA, Aníbal. Uma introdução à história editorial brasileira. **Cultura: Revista de História e Teoria das Ideias**, Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa (Portugal), n. XIV, II série, 2002, p. 57-83. Disponível em: <http://www.academia.edu/30901377/Uma_introdu%C3%A7%C3%A3o_%C3%A0_hist%C3%B3ria_editorial_brasileira>. Acesso em: 04 jun. 2018.
- BRASIL. **Lei n.1386**, de 18 de junho de 1951. Regula a importação de papel e outros materiais de consumo da imprensa. Brasília/DF: 1951. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1386-18-junho-1951-361784-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 02 nov. 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE. **Programa Nacional do Livro Didático 2019** – Dados Estatísticos. FNDE. Brasília/DF: 2019. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/pnld/dados-estatisticos>. Acesso em 12 jun. 2019.
- BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. **Mapa do Analfabetismo**. INEP. Brasília/DF: 2000. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/documents/186968/485745/Mapa+do+analfabetismo+no+Br>

asil/a53ac9ee-c0c0-4727-b216-035c65c45e1b?version=1.3>. Acesso em 13 nov. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. **Censo da Educação Superior** – Notas Estatísticas 2017. INEP. Brasília/DF: 2018. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2018/censo_da_educacao_superior_2017-notas_estatisticas2.pdf>. Acesso em 13 jun. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. **Censo Escolar** – Notas Estatísticas 2018. INEP. Brasília/DF: 2019. Disponível em: <<https://vestibular.brasilecola.uol.com.br/arquivos/censo-escolar-inep.pdf>>. Acesso em 13 jun. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. **Censo Escolar da Educação Básica 2013** – Resumo Técnico. INEP. Brasília/DF: 2014. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/resumos_tecnicos/resumo_tecnico_censo_educacao_basica_2013.pdf>. Acesso em 13 jun. 2019.

BURNS, Edward McNall. História da Civilização Ocidental: dos homens das cavernas às naves espaciais. São Paulo: Globo, 1998. (Vol. 2).

CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO - CBL. **Produção e Vendas do Setor Editorial Brasileiro, 2003**. São Paulo: Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), 2004. Disponível em: <<http://cbl.org.br/site/wp-content/uploads/2016/07/Producao-e-Vendas-do-Setor-Editorial-Brasileiro-2003.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2018.

CANDEIAS, António. As Raízes de Hoje: o atraso educativo português no contexto ocidental. In: BETTENCOURT, Ana Maria (dir.); MIGUÉNS, Manuel (org.). Conferência O Impacto das Avaliações Internacionais nos Sistemas Educativos. **Anais...** Lisboa/Portugal: Conselho Nacional de Educação, 2015. Disponível em: <<http://www.cnedu.pt/pt/publicacoes/seminarios-e-coloquios/741-impacto-das-avaliacoes-internacionais-nos-sistemas-educativos>>. Acesso em: 26 jun. 2018.

CANDEIAS, António; SIMÕES, Eduarda. Alfabetização e Escola em Portugal no Século XX: censos nacionais e estudos de caso. **Análise Psicológica**, v. 1, n. XVII, 1999, p. 163-194. Disponível em: <<http://www.scielo.mec.pt/pdf/aps/v17n1/v17n1a17.pdf>>. Acesso em: 07 mai. 2018.

CANDIDO, Antonio. **A Revolução de 1930 e a Cultura**. Porto Alegre: EROS, 1983.

CANDIDO, Antonio. **Formação da Literatura Brasileira**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975. v.2.

CAPUTO, Ana Cláudia; MELO, Hildete Pereira de. A Industrialização Brasileira nos Anos de 1950: uma análise da instrução 113 da SUMOC., **Estud. Econ.**, São Paulo, v. 39, n. 3, jul./set. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-41612009000300003>. Acesso em: 11 out. 2018.

CHARTIER, Roger. **A Aventura do Livro: do leitor ao navegador**. São Paulo: UNESP, 1998.

CUNHA, Luiz Antonio. O Legado da Ditadura para a Educação Brasileira. **Educação & Sociedade**, Centro de Estudos Educação e Sociedade Campinas, v. 35, n. 127, abril-junho, 2014, pp. 357-377. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v35n127/v35n127a02.pdf>>. Acesso em: 13 out. 2018.

DENIPOTI, Cláudio. Apontamentos sobre a História da Leitura. **História & Ensino**, Londrina, v. 8, ed. esp., out. 2002, p. 95-106. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/viewFile/12159/10681>>. Acesso em: 28 mai. 2018.

EARP, Fábio Sá. KORNIS, George. Em Queda Livre? A Economia do Livro no Brasil (1995-2006). In: ABREU, Marcia; BRAGANÇA, Aníbal (Orgs.). **Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros**. São Paulo: Unesp/ Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2010, p. 349-362.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2009.

FEBVRE, Lucien. MARTIN, Henri-Jean. **O Aparecimento do Livro**. Lisboa: Fund. Calouste Gulbenkian, 2000.

FERREIRA, Sergio Guimarães; VELOSO, Fernando. A Escassez de Educação. In: CASTRO, Lavínia Barros de; GIAMBIAGI, Fabio; HERMANN, Jennifer; VILLELA, André (orgs.). **Economia Brasileira Contemporânea (1945-2004)**. São Paulo: Elsevier, 2005.

FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas. **Desempenho Real do Mercado Livreiro (2006-2018)**. São Paulo: Câmara Brasileira do Livro – CBL; Sindicato Nacional dos Editores De Livros – SNEL, 2019. Disponível em: <<http://cbl.org.br/downloads/fipe>>. Acesso em: 10 jun. 2019.

FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas. **Desempenho Real do Mercado Livreiro (2018)**. São Paulo: Câmara Brasileira do Livro – CBL; Sindicato Nacional dos Editores De Livros – SNEL, 2019. Disponível em: <<http://cbl.org.br/downloads/fipe>>. Acesso em: 10 jun. 2019.

FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas. **Painel de Vendas dos Livros no Brasil: resultados 2016 x 2017**. São Paulo: Câmara Brasileira do Livro – CBL; Sindicato Nacional dos Editores De Livros – SNEL, 2018. Disponível em: <<http://www.snel.org.br/wp-content/uploads/2015/04/SNEL-13-2017-13T.pdf>>. Acesso em 06 jun. 2018.

FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas. **Produção e Vendas do Setor Editorial Brasileiro, 2006**. São Paulo: Câmara Brasileira do Livro – CBL; Sindicato Nacional dos Editores De Livros – SNEL, 2007. Disponível em: <<http://cbl.org.br/site/wp-content/uploads/2016/07/Producao-e-Vendas-do-Setor-Editorial-Brasileiro-2006.pdf>>. Acesso em: 14 out. 2018.

FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas. **Produção e Vendas do Setor Editorial Brasileiro, 2009**. São Paulo: Câmara Brasileira do Livro – CBL; Sindicato Nacional dos Editores De Livros – SNEL, 2010. Disponível em: <<http://cbl.org.br/site/wp-content/uploads/2016/07/Producao-e-Vendas-do-Setor-Editorial-Brasileiro-2009.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2018.

FLEISCHHACKER, Michaela Anna; WISCHENBART, Rüdiger. **Global 50 – The World Ranking of the Publishing Industry**. Paris: Livres Hebdo, 2018.

FRITSCH, Winston. Apogeu e crise na Primeira República, 1900-1930. In: ABREU, Marcelo de Paiva (org.). **A ordem do progresso**: dois séculos de política econômica no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

GALUCIO, Andréa Lemos Xavier. As Editoras Civilização Brasileira e Brasiliense e as Instituições Reguladoras do Mercado de Livros, no Brasil, entre os Anos 70 e 80 do Século XX. Trabalho apresentado ao NP04 - Produção Editorial, do V Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom. **Anais...** Rio de Janeiro: Intercom, 2005. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2005/resumos/R1394-1.pdf>>. Acesso em 16 nov. 2018.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Escancarada**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

GOMES, Laurentino. **1808**: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil. São Paulo: Planeta, 2007.

GONÇALVES, Martin Fernando de Araújo. **Cartografia das Livrarias do Centro de São Paulo (1930-1970)**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012.

GRAFF, Harvey J. **Os Labirintos da Alfabetização**: reflexões sobre o passado e o presente da alfabetização. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

HALLEWELL, Laurence. **O Livro no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

HERMANN, Jennifer. Auge e Declínio do Modelo de Crescimento com Endividamento: o II PND e a crise da dívida externa (1974-1984). In: CASTRO, Lavínia Barros de; GIAMBIAGI, Fabio; HERMANN, Jennifer; VILLELA, André (orgs.). **Economia Brasileira Contemporânea (1945-2004)**. São Paulo: Elsevier, 2005.

HERMANN, Jennifer. Reformas, Endividamento Externo e o “Milagre” Econômico (1964-1973). In: CASTRO, Lavínia Barros de; GIAMBIAGI, Fabio; HERMANN, Jennifer; VILLELA, André (orgs.). **Economia Brasileira Contemporânea (1945-2004)**. São Paulo: Elsevier, 2005.

HOBBSAWM, Eric. **A Era das Revoluções**: 1789-1848. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

HOYOS, Bernardo Jaramillo; SALINAS, Lenin Monak. Comportamento Leitor e Acesso ao Livro no Brasil em Comparação com Outros Países da América Latina. In: FAILLA, Zoara (org.). **Retratos da Leitura no Brasil 4**. São Paulo: Instituto Pró-Livro/Sextante, 2016.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em:

<<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?edicao=9753&t=series-historicas>>. Acesso em: 10 de jun. 2019.

_____. **Anuário Estatístico do Brasil**: 1956. Ano XVII. Rio de Janeiro: IBGE, 1956. Disponível em:

<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1956.pdf>. Acesso em: 2 de jul. 2018.

_____. **VII Recenseamento Geral do Brasil**. Brasil: IBGE, 1960. (Série Nacional, v. 1). Disponível em:

<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/68/cd_1960_v1_br.pdf>. Acesso em: 6 jul. 2018.

_____. **IX Recenseamento Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1980.

Disponível em:

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/72/cd_1980_v1_t4_n1_br.pdf.

Acesso em: 16 nov. 2018.

_____. **Pesquisa de Orçamentos Familiares (2002-2003)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv81847.pdf>>.

Acesso em: 11 nov. 2018.

_____. **Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios - PNAD 2003**. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. Disponível em:

<https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2003/coeficiente_brasil.shtm>. Acesso em 13 nov. 2018.

_____. **População Estimada**: estimativas da população residente, por situação do domicílio, segundo as grandes regiões e unidades da federação – 1971-1980.

Disponível em:

<https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos_download/populacao/1975/populacao1975aeb_09.pdf>. Acesso em 14 nov. 2018.

_____. **População Estimada**: grandes regiões e unidades da federação – 1960-70.

Disponível em:

<https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos_download/populacao/1968/populacao_m_1968aeb_03.pdf>. Acesso em 14 nov. 2018.

_____. **Estatísticas do Século XX**. [download] [s.d]. Disponível em:

<<https://seculoxx.ibge.gov.br/economicas/contas-nacionais.html>>. Acesso em 12 nov. 2018.

IBOPE – Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística. **Retratos da Leitura no Brasil** – 4ª Edição. São Paulo: Instituto Pró-Livro, 2016. Disponível em:

<http://prolivro.org.br/home/images/2016/Pesquisa_Retratos_da_Leitura_no_Brasil_-_2015.pdf>. Acesso em Acesso em 12 jun. 2019.

IPA – INTERNATIONAL PUBLISHERS ASSOCIATION. **The Global Publishing Industry in 2016**. Available in:

<http://www.wipo.int/edocs/pubdocs/en/wipo_ipa_pilotsurvey_2016.pdf>. Access in: 1 jul. 2018.

KORACAKIS, Teodoro. Uma História em Processo: a Companhia das Letras de 1986 a 2006. In: ABREU, Marcia; BRAGANÇA, Aníbal (Orgs.). **Impresso no Brasil**: dois séculos de livros brasileiros. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2010, p. 289-301.

KOSHIYAMA, Alice Mitika. **Monteiro Lobato**: intelectual, empresário, editor. São Paulo: EDUSP/Com-Arte, 2006.

LABANCA, Gabriel Costa. “Nunca Tantos Leram Tão Pouco”: editores de livro unidos contra a temida modernidade em meados do século XX. XXVI Simpósio Nacional de História (ANPUH). **Anais...** São Paulo: ANPUH, 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1307494740_ARQUIVO_gabriel_labanca_anpuh2011_novo.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2018.

LABANCA, Gabriel Costa. Mercado Brasileiro de Livros em Meados do Século XX: a conquista de uma nova mentalidade econômica. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares em Comunicação. XV Congresso de Ciências da

Comunicação da Região Sudeste, de 13 a 15 de maio de 2010. **Anais...** Vitória/ES: Intercom, 2010. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2010/resumos/R19-1038-1.pdf>>. Acesso em: 02 nov. 2018.

LEMOS, Andréa. A Editora Brasiliense e a Oposição à Ditadura Civil-Militar Brasileira. **Revista Crítica Histórica**, Universidade Federal de Alagoas, Macéio/AL, ano V, n. 10, 2014.

LEOPOLDI, Maria Antonieta P. **Política e Interesses**: as associações industriais, a política econômica e o estado na industrialização brasileira. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

LIMA SOBRINHO, Alexandre José Barbosa. **O Problema da Imprensa**. São Paulo: EDUSP, 1997.

LIMA, Guilherme Cunha; MARIZ, Ana Sofia. Editora Civilização Brasileira: novos parâmetros na produção editorial brasileira. In: ABREU, Marcia; BRAGANÇA, Aníbal (Orgs.). **Impresso no Brasil**: dois séculos de livros brasileiros. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2010, p. 253-270.

MATTOS, Hebe. A Vida Política. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). **História do Brasil Nação (1808-2010)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. (Vol. 3).

MATTOS, Luiz Alves de. **Primórdios da Educação no Brasil**: o período heróico (1549 a 1570). Rio de Janeiro: Aurora, 1958.

MAUÉS, Flamarion. Livros, Editoras e Oposição à Ditadura. **Estudos Avançados**, Universidade de São Paulo, v. 28, n. 80, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142014000100009>. Acesso em 15 nov. 2018.

MAUÉS, Flamarion. O Mercado Editorial de Livros no Brasil no Período da Abertura (1974-1985). **Educação em Debate**, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza/CE, ano 28, v. 1, n. 51/52, 2006.

MENDONÇA, Rosane; RAMOS, Lauro. Pobreza e Desigualdade de Renda no Brasil. In: CASTRO, Lavínia Barros de; GIAMBIAGI, Fabio; HERMANN, Jennifer; VILLELA, André (orgs.). **Economia Brasileira Contemporânea (1945-2004)**. São Paulo: Elsevier, 2005.

MODIANO, Eduardo Marco. A Ópera dos Três Cruzados, 1985-1990. In: ABREU, Marcelo de Paiva (org.). **A ordem do progresso**: dois séculos de política econômica no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

MORAES, Rubens Borba de. **Livros e Bibliotecas no Brasil colonial**. Brasília: Briquet de Lemos, 2006.

OLIVEIRA, João Batista Araújo; GUIMARÃES, Sonia Dantas Pinto; BOMÉNY, Helena Maria Bousquet. **A Política do Livro Didático**. Campinas: UNICAMP, 1984.

PAIXÃO, Fernando (Coord.). **Momentos do Livro no Brasil**. São Paulo: Ática, 1995.

PASSIANI, Enio. Na Trilha do Jeca: Monteiro Lobato, o público leitor e a formação do campo literário no Brasil. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 4, nº 7, jan/jun 2002, p. 254-270. Disponível em:

<<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/5787/3393>>. Acesso em: 06 jun. 2018.

PAULANI, Leda Maria. Leitura e Mercado de Livros no Brasil: os Resultados de Duas Diferentes Pesquisas. In: FAILLA, Zoara (org.). **Retratos da Leitura no Brasil 4**. São Paulo: Instituto Pró-Livro/Sextante, 2016.

PEREIRA, José Mario (Org.). **José Olympio: o editor e sua casa**. Rio de Janeiro: Sextante, 2008.

PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. "Na Nossa Terra, em se Plantando Dá": Editora Abril (1950-2006) e livros vendidos em bancas de jornal. In: ABREU, Marcia; BRAGANÇA, Aníbal (Orgs.). **Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2010, p. 303-316.

RAZZINI, Marcia de Paula Gregorio. A Livraria Francisco Alves e a Expansão da Escola Pública em São Paulo. Seminário Brasileiro sobre o Livro e História Editorial, **Anais...** Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2004. Disponível em: <<http://www.livroehistoriaeditorial.pro.br/pdf/marciadepaulorazzini.pdf>>. Acesso em: 28 jun. 2018.

RAZZINI, Marcia de Paula Gregorio. São Paulo: cidade dos livros escolares. In: ABREU, Marcia; BRAGANÇA, Aníbal (Orgs.). **Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2010, p. 101-120.

REIMÃO, Sandra. Ditadura Militar e Censura a Livros: Brasil (1964-1985). In: ABREU, Marcia; BRAGANÇA, Aníbal (Orgs.). **Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros**. São Paulo: Unesp/ Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2010, p. 253-270.

ROCHA, Iúta Lerche Vieira. O Sistema de Pontuação na Escrita Ocidental: uma retrospectiva. **Delta**, São Paulo, vol. 13, n. 1, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-44501997000100005&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 28 mai. 2018.

ROSA, Flávia Goulart Mota Garcia. Os Primórdios da Inserção do Livro no Brasil. In: PORTO, C. M. (org.). **Difusão e Cultura Científica: alguns recortes**. Salvador: EDUFBA, 2009. pp. 75-92. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/68/pdf/porto-9788523209124-04.pdf>>. Acesso em: 08 jun. 2018.

SALIBA, Elias Thomé. Cultura. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). **História do Brasil Nação (1808-2010)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. (Vol. 3).

SANTOS, Eliezer Lírio dos. **O Impacto da Reforma Protestante na Disseminação do Livro Impresso**. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2012.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Cultura. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). **História do Brasil Nação (1808-2010)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. (Vol. 1).

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Lima Barreto: triste visionário**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SCHWARZ, Roberto. **O Pai de Família e Outros Estudos**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

SILVA, Alexandra Lima da. As Edições Didáticas da História do Brasil: múltiplos sujeitos e significados (1870-1920). **Ariús**, Campina Grande, v. 16, n. 1/2, p. 114 - 122, jan./dez. 2010.

SOARES, Ricardo Pereira. **Compras Governamentais para o Programa Nacional do Livro Didático: uma Discussão sobre a Eficiência do Governo**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2007.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

TOLEDO, Maria Rita. A Companhia Editora Nacional e a Política de Editar Coleções: entre a formação do leitor e o mercado de livros. In: ABREU, Marcia; BRAGANÇA, Aníbal (Orgs.). **Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros**. São Paulo: Unesp/ Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2010, p. 139-156.

TORRESINI, Elizabeth W. Rochadel. Breve história da circulação de livros, das livrarias e editoras no Rio Grande do Sul. In: ABREU, Marcia; BRAGANÇA, Aníbal (Orgs.). **Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros**. São Paulo: Unesp/ Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2010, p. 235-252.

VIANNA, Sérgio Besserman; VILLELA, André. O Pós-Guerra (1945-1955). In: CASTRO, Lavínia Barros de; GIAMBIAGI, Fabio; HERMANN, Jennifer; VILLELA, André (Orgs.). **Economia Brasileira Contemporânea (1945-2004)**. São Paulo: Elsevier, 2005.

WISCHENBART, Rüdiger et al. **How Big Is Global Publishing? A bird's eye perspective**. Viena: Rüdiger Wischenbart Content & Consulting, 2017.